

REPÚBLICA DO BRASILIE

DIAPIC DFICIA

SECÃO I -- PARTE II

DECRETO Nº 46 237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO IX - N.º 151

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE AGÔSTO DE 1967

INSPETORIA DE BANCOS

Processo nº 275-67 — Banco Inter-continental do Brasil S.A. — O Di-retor, por despacho de 1-8-67, apro-vou, nos têrmos dos pareceres, a incorporação do Banco Auxiliar de Crédito S.A. — cujo prazo de autorização par afuncionar foi prorrogado o requerido nos processos números: até a presente data — pelo Estabele-cimento em epigrafe, sediados no Rio d eJaneiro (GB) e São Paulo (SP), respectivamente, o consequente aumento de seu capital, de NCr\$
1.300.000,00 para NCr\$ 1.300.850,00, e
a reforma de seus estatutos sociais, em conformidade com o deliberado pelas correspondentes assembléias gerais extraordinárias de 27, 28-3 e 17-7-67 e 27, 28-3 e 17-7-67.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deferindo, na forma dos pareceres, requerido nos processos números:

Em 2 de agôsto de 1967

- a) Mudança de denominação social
 636-67 Banco Auxiliar do Povo
 Sociedade Anônima Para Banco Mercantil do Norte S.A.
- b) Reforma de estatutos sociais
 - 636-67 Banco Auxilar do Povo Scciedade Anônima Assembléia geral extraordinária de 21-6-67.

Em 3 de avêsto de 1967

- a) Reforma de estatutos sociais 2.917-66 - Banco Dantas Freire Sociedade Anônima — Assembléias gerais ordinária de 23 de setembro de 1956 e extraordinária de 22-6-67.
- Tranferência de localização de departamentos

3.245-66 - Banco da Bahia S.A. De

São Félix (BA) Santa Luz (BA) Caravelas (BA) Jahotão (PE)

Para.

Mossoró (RN)

Volta Redonda (RJ)

Caranhuz (PE)

Dourados (MT)

De 31-7-67, deferindo, na forma dos pareceres, o requerido no processo

Aumento de capital e reforma de Estatutes

641-67 — Banco do Triângulo Mi-neiro S.A. — De NCr\$ 200.000.00 para NCr\$ 500.000.00.

BOLETIM DE RESOLUÇÕES DA C.M.M. Nº 484

A Comissão de Marinha Mercante usando das atribuções que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Regulamento ba xado com o Decreto número 7.838, de 11 de setembro de 1941, resolve:

ricana. do3 Estatutos.

Ficam homologados pela Comissao de Marinha Mercante os Estatutos da Conferência Interamericana de Fretes e as Diretrizes Gerais para cria-ção de divisão de cargas entre as linhas participantes da mesma Confe-

(Beun'ão da CMM. de 1.8.67).

No 3.023 - Transporte de Produtos de Exportação Brasileira Destina-dos aos EE.UÚ. da América ou Ca-na

Considerando a importância que de de que desempenham as condições de transportes maritimes na formação dos preços de produtos de exportação nos mercados exteriores.

Os inconvenientes resultantes de poder pretaga invegulares que permitem os comos de productivos en convenientes de poder considerador de poder

A conveniência d eassegurar meios eficazes para a consecução dos objetivos assegurados na legislação re-ferente à fises zação do comércio ex-terior do País;

Considerando o que dispõe o De-creto nº 60,994, de 12 de julho de

creto nº 60.994, de 12 de junio a:

1967, resolve:

T — Os produtos de exportação bressileira destinados aos Estados Unidos da América ou Canadá, serão dos transportadas, com exclusividade, pelas Emprêsas de Navegação filiadas a "Conferência Interamericana de a "Conferência Interamericana de Prata para os portos dos mares Melas Emprêsas de Navegação de Porto Alegre até Belém e opcionalmente, dos portos do Rio da Marinha Mercante, os contratos de Prata para os portos dos mares Melas Erviço e financiamento que se relaveclamada;

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

11 — O disposio no item I supra, não diterrâneo, Adriático e Negro e rescana de Fretes — Homologação oferec.do normalmente pelas menciooferec.do normalmente pelas menciooferec.do normalmente pelas menciooferec.do normalmente pelas menciooferec.do normalmente pelas mencio-

oferec do normalmente pelas mencionadas Emprésas;
III — No caso de produtes cujo transporte esteja regulado por Acôrdos ou Convênios específicos entre Emprésas filiadas àquela "Conferência", concluidos com o patrocínio da mesma e aprovados pela Comissão de Marinha Mercante, os embarques serão feitos, exclusivamente, por navios das emprésas signatárias de tais acôrdos ou convênios:

acôrdos ou convênios;

IV — O disposto no item III aão se aplicará a acôrdos ou convênios de que não participe a bandeira bra-

portes maritimos na formação dos preços de produtos de exportação nos mercados exteriores.

Os inconvenientes resultantes de prat cas irregulares que permitem oscilações bruscas e artificiais nos preços daqueles produtos, com graves prejuízos para os interêsses do Pais,

A necessidade de salvaguardar os interesses dos países de origem e do destino das mercadorias;

A conveniência d eassequer dos portes dos presentes de conveniência d eassequer dos presentes presidente.

BOLETIM DE DESCUESTA Resolução se pandeira brasileira;

V — As disposições desta Resolução se aplicam a embarques efetuados a partir de 10 de agôsto de 1967 e poderão ser estendidas às exportações brasileiras para outros países, a qualquer tempo que assim o exija a defesa dos interêsses nacionais.

Ro de Janeiro, 1 de agôsto de 1967 e poderão ser estendidas às exportações brasileiras para outros países, a qualquer tempo que assim o exija a defesa dos interêsses nacionais.

Ro de Janeiro, 1 de agôsto de 1967 e poderão ser estendidas às exportações brasileiras para outros países, a qualquer tempo que assim o exija a defesa dos interêsses nacionais.

BoleTIM DE PESCUESTA

BOLETIM DE RESOLUÇÃO DA CMM Nº 482

A Comissão de Marinha Mercante, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Regulamento baixado com o Decreto número 7.838, de 11 de setembro de 1941,

1. Condições

1. Condições

1.1) — A Concessionária se obriga a cumprir o Acôrdo de Associação com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, firmado em 5 de julho de 1967. conforme Escritura lavrada a Fôlhas 22 do Livro 665 do Cartório do 19º Oficio de Notas do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara, ora homologado por esta Comissão de Marinha Mercante;

1.2) — A Concessionária se obriga a construir em Estaleiro Brasileiro, um mínimo de 3 (frês) navios para atender às linhas em questão, dentro dos tipos e padrões determinados por la Comissão de Marinha Mercante.

atender às linhas em questão, dentro dos tipos e padrões determinados pela Comissão de Marinha Mercante; 1.3) — A Concessionária terá o prazo de 12 (doze) meses para assinar os contratos de construção dos navios. As condições de financiamento serão as determinadas pela Resolução 2 9788 de 18 de abril de 1987.

to serao as determinadas pera resolução 2.9748, de 18 de abril de 1967, da Comissão de Marinha Mercante;

1.4) — A Concessionária poderá contratar afretamentos até os limites do equivalente à tonelagem TDW dos navios próprios ou em construção para empregar nas linhas objeto desta Resolução;

1.5) - As condições de afretamento para cada um dos navios necessá-

cionam com a exploração comercial da linha;

1.7) — Os afretamentos parcijus para transporte de cargas só poderão Os afretamentos parcius ser efetuades com a prévia anuência da Comisção de Marinha Mercante;

1.8) — As operações de receita e custaio da exploração da linha, inclusive as referentes aos contratos de ofretamentos autorizados, serão devidamente escriturados de modo a permitir a fiscalização da Comissão de Marinha Mercante, a qualquer tem-no, independente de contrôle e tiscalização de outros órgãos do Poster Público;

1.9) — As operações de transferência de receita e custeio em quaisquer moedas, serão obrigatoriamente efe-tuadas por intermédio de Bancos e com fiel observância da Legislação aplicável, ficando vedadas quaisquer compensações diretas de crédito e déhito:

1.10) — A Comissão de Marinha Mercante fiscalizará a observância do cumprimento de tôdas as condido cumprimento de tódas as condirões legais pertinentes, inclusive no
que diz respeito a formação do capital e o contrôle da receita e disnêndio de divisas da Concessionária:
1.11) — Os saldos disponíveis nos
diversas divisas só poderão ser recvimentados por intermédio de estabelecimento bancário, com connecimento do Banco Central;
1.12) — A Comissão de Marinha
Mercante exigirá refórço da frota
empregada na linha concedida, sempre que sefa notóriamente reclamada
a dispobibilidade da praça;
1.13) — Na hipótese da Concessio-

1.13) — Na hipótese da Concessio-nár a se desinteressar, ou por qualouer motivo não se dispuzer a pôr em tráfeço a tonelagem suficiente para correto atendimento das necessidades de transporte, a Comissão de Mari-nha Morcante se reserva o direito de conceder a linha a outra emprêsa, atendendo, assim, à complementação

- As Repartições Públicas deverão entregar na Seção de Comunicações do Departamento de Imprensa Nacional, até às 17 horas, o expediente destinado à publicação.

à natéria retribuída, nos casos de J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO Erro ou omissão, deverão ser, formuladas por escrito à Seção de Redação, até o quinto dia útil) subsequente à publicação no orgão oficial.

– A Seção de Redação funciona, para atendimento do publico, de 11 às 17h30 min.

- Os originais, devidamente autenticados, deverão ser dactiloas emendas e rasuras serão ressalvadas por quem de direito.

- As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por seis meses ou um ano, exceto as para o exterior, que sempre serão anuais.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

- As reclamações pertinentes CHEFE DO SERVICO DE PUBLICAÇÕES

DIÁRIO OFICIAL

SECÃO I - PARTE II

Órgão destinado às publicações da administração descentralizada Impresso nas oficinos do Departamento de Imprensa Nacional BRASILIA

ASSINATURAS

FUNCIONÁRIOS REPARTIÇÕES E PARTICULARES Capital e Interior: Capital e Interior: gra/ados em espaço dois, em uma Semestre NCr\$ 6,00 Semestre NCr\$ 4.50 Exterior: Exterior: Ano NCr\$ 13,00 Ano NCr\$

NúMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemp!ar.

- O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0.01. se do mesmo ano, e de NCr\$ 0.01 por ano, se de anos anteriores.

– As assinatūras vencidas poderão ser suspensas sem prévio

- Para evitar interrupção na remessa dos órgãos oficiais a renovação de assinatura deve ser CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO solicitada com antecedência de FLORIANO GUIMARÃES trinta (30) dias.

> Na parte superior do enderêco estão consignados o numero do talão de registro da assmatura. e o més e o ano em que findará.

> - As assinaturas das Repartições Públicas serão annais e deverão ser renovadas até 28 de je-

- A remessa de valôres, sempre a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional, deverá ser acompanhada de 10,00 esclarecimentos quanto à sua aplicação.

> - Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão remetidos aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

- 1.14) a encaminhar, mensalmente, à Comissão de Marinha Mercante, o Ma-pa Resumo (Modêlo nº 87) das v.agens terminadas.
 - 2. Fica expressamente proibido:
- 2.1) Qualquer associação de un-terêsses com linhas e ou Armadores estrangeiros que pessa significar or indicar direta ou indiretamente a alienação total ou parcial dos privi-légios elou universe conscilidos persolégios e ou vantagens concedidas para o transporte de carga de importação ou de exportação de navios de ban-

deira nacional;
2.2) — Liberar tôda e quaisquer targas de qualcuer forma, em favor de terceiras bandeiras;

2.3) — Afretar ou ceder de qual-quer forma, total ou parcial, os na-vios nacionais e ou afretados empregados pela Concessionária, na linha gados pr. ... autorizada; ... Transiortar careas não

manifestadas ou proibidas pela Leris-lação Brasileira, bem como, frequentar portos outros que não os da linha

autorizada;
2.5) — Operações de encentro de contas, compenseção de débitos e cráditos entre moedas, sendo obrigatória a condução de tais operações por in-

termédio de Bancos devidamente au-torizados nelo Banco Central, 2.6) — Pertencer a Conferências do Fretes ou realizar acordos com ou tras bandeiras sem anuência da associada, Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

3. Qualquer inobservância de qualquer dos artigos desta Resolução bem quer dos artigos desta Resolução hem como de qualquer dos itens de Acôrdo feito entre a Concessionária e.e. Companhía de Navegação Lloyd Brasileiro, implica no imediato cancelámento da concessão da Linha de Navegação objeto desta Resolução.

4. A Concessionária terá o prazo de 6 (seis) meses para iniciar os serviços da linha ora concedida sob pena de ser esta concessão automáticamente cancelada.

Esta Resolução entrará em vigor na

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União (Reunião da CMM de 26.7.67 — Proc. C-67 (09208)

até a Costa do Pacífico, via Canal do Panamá, a fim de atender ao movimento de cargas entre o Brasil e Costa Rica, Honduras, Guatemala. Ção abaixo, impor aos armadores ne-

A Concessionária se obriga A Conceder, à Conceder, à Companhia de Navegano (Modélo nº 87) das vano (México e a Cesta Ocidental dos Esdadas Unides da América, comprodida entre Los Angeles e Vancouver
(Reunião da CMM de 26.7.1907 —
Diário Oficial da Unidos, contados a partir da da'a da
no (México e a Cesta Ocidental dos Esno (México e a Cesta Ocidental dos Esno (Méx de 11 de setembro de 1941:

I — 1.673, de 8.6.67 — Impor a Raimundo Wilson Carneiro, a multa de NCrs 10.60 (dez cruzeiros novos), prevista no art. 13 do Decreto número 3.160, de 7.3.41, e no art. 22 do Regulamento baixado cem o De-creto nº 7.883, de 11.9.41.

I — 1.077, de 27.6.67 — Impor à Sceicdade de Navegação Agromano Ltda., a multa de NCrs 1.50000 (hum mil e quinhe vos cruzeiros deves), prevista na leita a do artigo 19 do Decreto nº 53.800, de 27 de ogêtica de 1865 agêsto de 1905.

I — 1.0°, de 11.7.5° — Impor à Navegação Hispano-Esasileita Limi-ada, a multa de NCr3 1.50000 thum mil e quinhentos ciarrires novesi, prevista na letra a do art. 19 do Dereio nº 56.863, de 27 de agôsto de

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1967. - José Celso de Macedo Scares Guimaráes, Presidente.

BOLETIM DE RESOLUÇÕES DA CMM Nº 483

A Comissão de Marinha Mercante, usando da atribuição que lhe con-fere o Decreto nº 60.650, de 28 de abril de 1967, publicade no Diário Oficial de 2 de maio de 1937, resolve:

Nº 3.016 — Autorização para con-tinuar a funcionar como Errorêsa de Navegação de Cabotagem Maritima.

Couceder à firma Sociedade Paulis-Conceder à firma Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda, sediada em São Paulo, no Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelos Decretos ns. 21.871-46 e ... 47.310-59, autorização para continuar funcionando como emprêsa de navegação na cabetavem marítima, com as alterações contratuais que apresentou e com o capital social elevado de NCr\$ 20.000,00 para NCr\$ 945.519.00, obrigando-se a referida firma a cumprir integralmente as leis firma a cumprir integralmente as leis

ASSOCIAÇÕES POUPANÇA E EMFRÉSTIMO

DIVULGAÇÃO Nº 1.013

Preço: NCr\$ 0,30

A VENDA:

Na Guanabara

Seções de Vendas: Av. Rodrigues Alves 1 Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Reembôlso Postal

Em Brasília Na Sede do DIN e regulamentes em vigor, ou que ve-! A nham a vigorar, sobre o dijeto des- vigor

torização para continuar funcionando como emprêsa de navegação de cabotagem maritima, com as alterações 5.600.000,00, obrigando-se a referida firma a cumprir integralmente as firma a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, cu que venham a vigorar, sôbre o objeto des-

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

ta autorização.

Nº 3.018 — Autorização_para con tinuar a funcionar como Emprê Naregação de Cabotagem Maritima.

Conceder à firma Emprêsa de Novegação Aliança S.A., sediada no Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara, autorizada a funcionar pelos Decretos ns. 73.975-50, 36.731-55, 40.698-56. 47.095-59, 49.726-60, 51.992-A-63 e 56.83465, autorização para continuar funcionando como emprêse de navez funcionando como emprêsa de navegação de cabotagem marítima, com as alterações contratuais que apresentou e com o contratutas que abresar-tou e com o copital social elevado de NCrs 252.00000 para NCrs 540.000.00', obrigando-se a referido firma a cumprir integralmente as leis regulamentos em vigos, ou que ve-ham a vigorar, sobre o objeto des-

ta autorização A presente Resolucão entrará em vigor no dato de sua nublicação em Diário Oficial da União. (Reunião da CMM do 26.7.67 —

Proc: MIC-66/05846 e MIC-66/21413).

Nº 3.019 - Autorização para continuar a funcionar como Emprêsa de Navegação de Cabotagem Maritima

Conceder à firma L. Figue redo Navegação S. A., sediada em Sontos, no Estado de São Paulo, autorizada a torização para continuar funcionando como emprêsa de navegação de cabotagem maritima com as alterações contratuals que apresentou e com o capital elevado de NCr\$ 1.650.000.00 para NCr\$ 3.000.000, obrigandose a referida firma a cumprir integralmente s leis e regulamentos em vigor, ou que venhm a vigorar, sôbre o ojeto desta autorização. A presente Resolução entrará em objeto desta

viger na data de sua publicação em Diário Oficial da União.

(Reunião da CMM de 26.7.67 - Processo-L-66/12932).

Nº 3.020 - Autorização para continuar a funcionar como Emprêsa de Navegação de Cabolagem Maritima

Conceder à firma Navegação Antônio Ramos S.A., sediada em Itajaí, no Estado de Santa Catarina autorizada, a funcionar pelos Decretos ns. 22.257-46, 44.173-58, 1.755-62 55.065-64 e 56.351-65, autorização para continuar funcionando come emprêsa de navegação da cabotagem marífima com as alterações contramaritima, com as alterações contra-tuais que apresentou e com o capi-tal social elevado de NCrs 395.00000 para NCrs 750.000.00, obrigando-se a refet 🖸 firma a cumorir integralmente as leist mero 201.234; Eunice Marques Guier e regulamentos em vigor, ou que ven ham a vigorar, sobre o objeto desta autorização

A presente Resolução entrará em como emprésa de navegação de capa- Portela Ottoni, n.º 293.424; Lecy Gue-

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNC!A SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relação SSG nº 144-67

Acesso — De acêrdo com o dis-posto no artigo 31. do Decreto nu-mero 54.493, de 15.10.64, a centar de 20.9.64, para o cargo de Técnico de Administração, nível 20.A: Dumi-niense Paranhos Antunos, nº 200.714; Matuzalina Leandro Ferreira, numero 201.297; Nea de Miranda Braga, nú-201.297; Nea de Miranda Braga, nú-mero 201.474; Antonieta Beloni Alves da Cruz, n.º 201.937; Maria Alba de Serpa Vieira, n.º 202.118; Alice Ka-ran, n.º 202.157; Joao Camilo de Oil-veira Torres, n.º 293.720; Martha Ruckett Parteira, n.º 200.007; Olga Miga-lides Zannis, n.º 201.133; Maury de Souza Sances, n.º 201.053; Almira Fonsica Veleso, n.º 201.213; Consusto de Souza Santos, n.º 201.055; Almira Fonsica Veloso, n.º 201.213; Consulo Banata, n.º 201.223; Gercina Prota, n.º 201.516; Maria Alice de Oliveira Dostzer, n.º 201.900; Maria Enid de Araújo Nelson, n.º 202.001; Jorge de Louenzi, n.º 202.561; Maria Apatecida M. Silherebantiner, n.º 202.623; Acri M. Silberchansiper, n.º 202.632; Acydalia de Castro, n.º 203.513; Coramar Guimaraes Mollo, n.º 203.553; Claudio de Assis Castro, n.º 223.326; Bedio de Assis Castro, n.º 203.527, Acydalia de Castro, n.º 203.527, Acydalia de Castro, n.º 203.527, Claudio de Assis Castro, n.º 203.527, Claudio nigma Cámara de Queiroz, numero 200.153: José de Andrade Bello, númaro 201.121; Juracy de Carvalho Ribeiro, n.º 201.241; Maria Doralina C. de Novais, n.º 201.414; Yeda Aflallo de Almeida e Castro, número 201.638; Jeana Darc Almeida Aquino, n.º 203.002; Jessy Maria Benitz Pessoa, n.º 203.033; Maria de Lourdes de Amorian Garcia, número 203.734; Fredesvino Redrigues Mattos, n.º 200.101; Maria de Lourdes Maragliano, n.º 200.406; Odete Marinho de Silva n.º 200.406; Odete Marinho de Silva n.º 200.507. rinha da Silva, n.º 200.537; Alice de Salles Guerra, n.º 200.556; Maria Ju-lia Carvalho Cardoso, n.º 200.640; Cardoso, João Octavio Picheth Filho, número 201.035; Maria Ines Linhares, número 201.035; Maria Ines Linhares, número 201.077; Dalva Leal, n.º 201.111; Zuila Bastos V. de Almeida. número 201.438; Murilo Fuentes Carqueja, n.º 201.439; Maria Aparecida Silveira Pavie, n.º 201.506; Veryades Sponza Peres, n.º 201.572; Oswaldo Fernandes, n.º 201.797; Maria Emilia de Aquino Vieira, n.º 201.868; Iracy Ressureição de Oliveira. n.º 202.327; Aida Ferreira, n.º 202.436: Arlete de Aida Ferreira, n.º 202.436; Arlete de Matos Vieira, n.º 202.463; Herminia Diniz Mundim, n. º202.503; Yara Ribeiro Rodrigues, n.º 202.701; Ida Puggina Calixto, n.º 203.173; Janel de Araujo Colmado. n.º 203.808; Zenobia Jansen Ferreira, n.º 203.808; Zenobia Jansen Ferreira, n.º 203.819; Mariana de Lima T. de Almeira, númeto 200.024; João Batista T. Tescarolli, n.º 200.080; Elga Carneiro Bricio, n.º 200.482; Maria Izabel Machado Rezende, n.º 201.182; Fernanda Scares de Almeida Trapa número 201.234; Funice Marques Guignero 201.234; Funice 201.234; Fun

Secretaria de Serviços Gerais Peres da Cunha, n.º 262.642; Ednah Cunha de Azivedo, n.º 260.801; Ma-ria de Lourdes Davilla Costa numero 200, 333; F. anei co Borges Ra-mos, n.º 200, 674; Maria Amalia Bar-res Monteiro, n.º 201, 680; Silvina Silvina Maites de Oliveira, n.º 201.551: Idnir Coutinho, n.º 201.5 5; Helio Barriso, n.º 202.14t; Amalia Gençalves Nunes de Moraes n.º 202.4 5; Vera Blumental Marcues, n.º 292.711; Orestes F. Xavier B. Filho, n.º 102.913; Altair Andrade Carcez, n. 203.274; Huida Cecilia S. Peixolo de Melo, número 201.642; Maria Alice S. Tompson. número 201.642; Maria Alice S. Tompson. n.º 200.136; Alexandre Gemes de Menezas. n.º 200.155; Alayde Fonteca Osorio, n.º 200.241; Evaristo da Silva Monteiro, n.º 200.412; José Dematrio de Araujo, n.º 200.412; José Dematrio de Araujo, n.º 200.412; Maria Guilharmina G. Vielra Lima, n.º 200.505; Porio Guardo n.º 201.025; Maria de Constinue de Calagnesia n.º 201.025; Maria n.º 201.025; Maria n.º 201.025; Maria n.º 201.025; Maria n.º 201 Dorio Guastio, n.º 201.025; Maria de Lourdes Velo.so Soliment número 201.031; Elizabeth Ribeiro G. dos Reis, n.º 201.143; Eunice Correia Pa-Reis, II. 201.183; Eurice Carreia Farrente, n.º 201.470; Carlos Marques Pereira, n.º 201.845; Waldir de Sou-Dulia Oehlmeyer, n.º 201.070; Oravia de Carvalho Lopes n.º 201.523; Yeda Novoa das Chagas, n.º 201.838; Aurea Ecrgamo da Silva, n.º 202.311; Ins-zila Santos Danz, n.º 202.540; Anadyr Araujo Lins e Silva, n.º 203.049; Araujo Lins e Silva, n.º 203.049; José Machado Medina, n.º 200.056; Olga Neves Barreto, n.º 200.864; Edwiges Bisi dos Santos, n.º 200.864; Diva Pires Cambraia, n.º 201.781; Rosita Bastos Alvarenga, número 201.799; Lidia Braga Branco, número 201.884; Cremilda de Araujo Cota, n.º 201.940; Hildete Conde da M. Machado, n.º 202.541; Maria da Penha Teixeira, n.º 203.109; Audalio Vasconcelos de Sales, n.º 200.390; Maria de Lourdes X. Monteiro, número 202.048; Albertina Maria Chaves Scares, n.º 200.781; Sylvia Cabrera Pereira da Rosa, n.º 201.127; Zolanda Pinto de Carvalho Cru, n.º 201.532; Jandyra Proença de Oliveira, número 201.715; Dinorah Teixeira Lins, número 201.984; Esmeralda Neves, número 202.153; Judith de Oliveira Azevedo, n.º 202.310; Olga Barbosa Bezerra, n.º 203.208; Ofelia Mendes Cavaleiro, n.º 203.729; Carlos Tel-xeira Luna, n.º 201.669; Maria de xeira Luna, n.º 201.069; Maria ur Lourdes Mangoni, n.º 203.077; Maria Egidia Dp R. Bomchristiano, número 200.099; José Antônio Cru, número 200.189; Lidia Barros Rossari, número 200.256; Maria do Carmo de A. Maranhão, n.º 201.449; Coralina Fran-co, n.º 201.824; Cirene Ferreira Boe-ker, n.º 201.851; Maria Appel Soirei-mann, n.º 202.848; Olga Barreto. número 203.079; Otacilia Maria Farias Abarno, n.º 203.182; Juracy de Oliveira Bastos n.º 203.193; Maria Amélia Gorgulho, n.º 202.414; Ema Maria Nonnemberg, n.º 199.718; Olga Vera Rego B. Barreto, n.º 200.829; Mimosa

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação em dat Lauria, n.º 200.031; Maria Lulia Eu-pes Holim, n.º 200.13; Maria Lulia Endrigues Parence, n.º 200.010; Lutico de Gees Cavalvanti, n.º 200.6.4; matta Riceiro Fonta, mº 200.0.3; matta Riceiro Fonta, mº 200.0.3; cenna Berger, mº Ebitles; marta Cotuola de Souza Barris, numito 201.100; Wison da Enta Lerras, nu-ەربىيىدا ن دىشىدا mero 201.254; Arany Acc, suo da envoia, n.º 201.502; Christ Guidiantes rigaeneao. n.º 201.bs; edinas izion, n.º 203.881; Faintia de Car-Elling S ALOV-GO Riberto, n.º 102.110; o.se de Azov-go Riberto, n.º 102.110; o.se de Azov-go Riberto, n.º 102.100; o.se remarites, n. 262.001; 12 c.200, n. 202.534; h. Acti chado, n.º 102.584; E.hemi Tablio Califano, n.º 203.186; Illiard Emptolomeu Lopes Mala, n.º 203.122; Narey Campos Viegas, n.º 203.676; Lucia Ferrena de Meilo, n.º 102.580; maria da Penna R. Den. M. numero 200.851; Jersey de Abando de Bar-Tes Lima, n.º 200.860; Priese Lene Praça, n.º 200.480; Pedie es de Od-veda Carany, n.º 200.641; Noema Pacaeco de Oliveira Sista, racaeco de Onvera Sava, numero 201-101; Abino Valentin do Soula, n.º 201-210; Miriam Magainaes Lene, n.º 201-256; Lea Santis Ribetto, nanamera n.º 201.456; Lea Santis Risello, nu-molo 201.437; Maria Jule Lesta nu-mero 202.103; Jardeima Amatai Mil-ler, n.º 202.513; Sylvio Possi Fimo, n.º 202.403; Celita Rocka Drumond R. 202.405; Centa Recta Dathona Co Carvalno, n.º 202.473; C'illa and te Eca, n.º 202.425; Maria José Mor-timer Alkimin, n.º 202.01; wanda Roja Credidio Lapa, n.º 253.100; Tavares Sabino, n.º 201.542; Funtee Cunha e Silva, n.º 201.927; Maria José Santana Rodrigues, n.º 204.619; Hiloa da Abreil Maila, n.º 204.619; Hilaa de Abreu Maita, n.º 102.693; Emia Vituzzo, n.º 200.650; Ruta Duque Catão, n.º 201.215; Hilda Luiza B. de Don Braga, n.º 201.357; Car-mem Maia Firmeza, n.º 201.351; Olga Lima Corréa, n.º 201.711; Norma de Araújo Cotta, n.º 201.711; Norma de Araújo Cotta, n.º 202.476; Genui Esteves, n.º 203.746; Fiavio Borges Ribeiro, n.º 203.977; Edith Fayao de Camargo Vianna, n.º 203.634; Aurora Gençaives Tavolaro, n.º 201.520; Acelina Assis Cunha, n.º 202.815; Judith Albuquerque Braz, n.º 200.373; Luiza da Costa Rio, n.º 200.377; Luizae Lima Corréa. n.º 201.711; Albuquerque Braz, n.º 200.343; Luiza da Costa Rio, n.º 200.377; Juracy Silveira, n.º 200.463; Jayme Pereira Filho, n.º 200.550; Olivia Silveira Arruda, n.º 200.828; Frith Marques, n.º 201.078; Sylvio Caldeira Boeker, n.º 201.275; Alberto Catarino de Marcos, n.º 201.411; Nilza Silveira, número 201.569: Armando Alves de mero 201.569; Armando Alves Moura n. 201.618; Leda dos Santos Alineida, n.º 202.179; Maria Secco, n.º 202.219; Irene Ribeiro Reis, número 202.294; Maria Martha Cesar mero 202.294; Maria Martha Cesar Cabral, n.º 202.630; Corina Borges Wanderley, n.º Wanderley, n.9 203.084; Amadeu Marques dos Santos núemro 203.088; Beatriz Nazaré da Silva, n.9 203.553; Maria Zelia Pinheiro Pimentei, numero 201.018; Maria Cecilia Catmara Vitral, nº 202.221; Ana Amelia Par-digão Pacheco, nº 203.016; Celia Ramos Figueiredo, nº 203.162; Marina Agripina Uchoa, nº 203.172; Vicentina Cechelero, nº 200.603; Osmar de Amorim Leal, nº 200.650; Nilson Sandoval Asp. nº 200.985; Gabriel Gonçalves de Barros, nº 201.291; F'ora Parente, nº 201.522; Eunice da Silva Matos, nº 201.531; Ayesha Gonzs, nº 201.735; Guiomar Gonçalves Soa-res, nº 202.218; Darcilia Caldeira Madureira Monteiro n.º 200.854; Cyro res, nº 202.218; Darcilia Celdeira Pena, n.º 201.537; Iracema Maria Alkimin, nº 202.492; Lenice Negreicondes Olivetti, nº 208.617; Arlete da Fonseca F. Valle, nº 200.543; Martha Wagner de Sillo, nº 200.902; Daleya Simas Vella, nº 201.305; Doraey Escarpa Guedes Wanderley, número 201.450; Ike de Pinho, nº 201.576; Holanda Nascimento, nº 201.686; Lucia Menezes de Oliveira, nº 201.769; Nair Marinho, nº 201.803; Irene de Moraes Barros, nº 202.167; Hetore Capitoni, nº 202.529; Lauro Antonio Brotto, nº 203.630; Leonoldina Silva. Capitoni, nº 202.529; Lauro Antonio Brotto, nº 203.030; Leopoldina Silva, nº 203.176; Euvlaudia Pereira Braça. nº 203.595; Hedy Coutinho Neves. número 203.968; Maria Paiva de Olivelra e Silva, nº 202.074; Wanda Condino de Santana, nº 202.694; Aurea França Miranda, nº 201.512; Maria Conceiro de Padus Moreira, número Conceiro de Padus Moreira, número Conceição da Padua Moreira, número 202.189; Nizia Soares Barbalho, nú-mero 202.288; Doralina Rosalvo Mar-Aroeira, nº 202.496; Tereza Queireya Aroeira, nº 202.692; Maria Clara Jacobina Jatuba, nº 202.889; Maria das Dores Barros, nº 203.190; Eley Nunea da Aroeira, nº 202.889; Aria das Dores Barros, nº 203.190; Eley Nunea de Araújo Neto, nº 203.212; Hilda Valente Machado, nº 204.085; Gentil Costa Nogueira, nº 200.492; Nilce Fonseca de Souza, nº 201.664; Dag-Valente Machado, nº 204.085; Gentil Costa Nogueira, nº 200.492; Nilce Fonseca de Souza, nº 201.664; Dagmar Lima Carneiro, nº 202.323; Maria de Lourdes Noronha Bonow, nº 201.191; Maria Jacyra Menezes de Carvalho, nº 201.520; Liege Campelo Percira, nº 201.650; Maria Auxiliado-ra F. Magalhães Pinto, nº 201.871; João Costa, nº 202.143; Luzia Lima Reis, nº 202.613; Maria Anunciada Poma, nº 202.613; Maria Anunciada Poma, nº 202.613; Maria Anunciada Poma, nº 203.188; Clovis Carneiro dos Santos, nº 203.257; Evaristo Ribas, nº 203.491; Maria Silvino Soares, número 203.497; Moacyr Villela Teixei-

ros, nº 202.582; Yolanda de Andrade, nº 202.702; Maria de Azevedo, Souza, nº 202.849; Dulce Carneiro de Freitas, nº 203.153; Noirah Leite Guidanarães, nº 203.171; Luisa Melo Lidanarães, nº 204.073; Ivenir Maria Condes Olivetti, nº 208.617; Arlete da Fonseca F. Valle, nº 200.543; Maria Mair tha Wagner de Sillo, nº 200.902; Luidanar Va Simas Vella nº 201.305; Doracy Escarpa Guedes Wanderley, número 202.921; Agripina Figueiredo Maia, nº 203.151; Helena Reed Costa Menezes de Oliveira, nº 201.576; Holanda Nascimento, nº 201.686; Lucia Menezes de Oliveira, nº 201.769; Noria de Rosa Fons, nº 203.231; Alayde Sorte da Silva Tanarinho, nº 201.803; Irene de Moraes Barros, nº 202.167; Hetore Capitoni, nº 202.529; Lauro Antonio Control de Almeida, matricula número Costa, nº 202.770; Almiro Guimar Guimar Valentia Walkiția Rio-Maria Walkiția Rio-Maria Walkiția Rio-Maria Walkiția Rio-Maria Poul Costa, nº 201.405; Iraccma Falcao, nº 202.501; Luzia D. Copalato de Novi de Almeida, matricula número Capitolo, nº 200.543; Maria Poul Copalato de Poul Capitolo, nº 200.902; Data de Rosa Fena, nº 202.830; Maria Maia de 1964.

Nº 1.197, de 1.8.67 — Tendo em Varia Marinho, nº 201.803; Irene de Moraes Barros, nº 202.167; Hetore Capitoni, nº 202.167; Hetore Capitoni, nº 202.529; Lauro Antonio Rosa Fana, nº 203.628; Alfredo Oficial de 1.11.63. Marques de Oliveira Rames, número 200, 185; Darcy Desgrandes, número 200, 925; Solange Louise Lacoste, número 201, 746; Antonieta Boreli, número 201, 771; Maria Lidia Alvim, mero 201.771; Maria Lidia Alvim, número 201.812; Fara ides Fonseca Marcues, nº 202.103; Paula Camargo Lima, nº 202.522; Rubens Ferreira da Costa, nº 202.402; Ivgia Monte Molari, nº 202.58°; Ilidia Torres Alves, nº 203.081; Luiz da Silva Guimarães, nº 203.194; Maria de Lourdes C. Engelberg, nº 203.213; Daniel Lima de Oliveira, nº 203.502; Ilva Furtado de Mendonça Marinho, nº 202.047; Lea Palmer Rezende, nº 202.075; Ruth Queiroz Lopes, nº 202.180; Ermelinda C. de Oliveira, nº 202.335; Arusia

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA = DOS SERVIDORES DO ESTADO

Relação nº 210-67

N.º 1.183, de 1.8.67 — Tendo €m vista o constante no processo número 45.371-67 — Dispensando, em virtude de haver pedido exoneração nuce de naver pedido exoneração Anacreonte Lessa Rattes, Oficial de Administração nível 12-A, matricula n.º 1.726.342. da FG, 17-F de Fricar-regado da CLG, da CLP, da DCI, do DC, do Quadro da AC e CLA

N.º 1.184, de 1.8.67 — Tendo em vista o constante no proc. número 45.371-67 — Designando Maria da Glória Gondim Serra, Oficial de Administração nivel 12-A. matricula n.º 2.124.669, para exercer a FG, 17-F, de Emcarregado da CLG, da CLP, da DCI, do DC, do Quadro da AC e COLL.

N.º 1.185, de 1.8.67 — Tendo em vista o constante no proc. número HSE-6.042, de 1967 — Excuerando, a pedido, de acôrdo com o inciso I, de art. 75, da Lei n.º 1.711-52 Almiro Pinto Azeredo, ponto nº 47. mat. nº 1.210.603, ocupante do cargo de Médico TC-801.22.B. da Parte Permanente do Quadro do H.S.E.

Nº 1.186, de 1.8.67 — Tendo em vista o constante no processo HSE nº 8.073, de 1967 — Designando nº 8.073, de 1967 — Designando Américo Francisco de Souza, Agre-gado 4-F, matrícula nº 1.745.853, ponto n.º 1.534, para exercer a FG, 5-F de Assessor do SAP da HSA, da Parte Permanente do Quadro do

O Presidente do IPASE, usando da stribuição que lhe confere o art. 17. do Decreto-lei n.º 2.865-40, resolveu baixar os seguintes atos:

N.º 1.183, de 1.8.67 — Tendo em cargo de Servente GL-104.5 da Particula n.º 1.867 de Cuedro do Reservente de Cuedro de Reservente de Reservente de Cuedro de Reservente te Permanente do Quadro do HSE.

N.º 1.190, de 1.8.67 — Tendo em vista o disposto nas Instrucões nu-mero 283, de 26.10.64, e 298-65, e o constante no proc. n.º 42.722-67 — Designando Jorge da Costa Vianna, Tesoureiro Auxiliat de 1.º Categoria, natricula n.º 1.539.558, para substituir Helio Rodrigues, na FG. 4-F, de Chefe da Tesouraria do SAC, em seus impedimentos eventuais.

N.º 1.192, de 1.8.67 - Considerando a decisão do CD em sessão de 5 de julho de 1967, e tendo em vista o constante no processo HSE número 3.003-67 — Aposentando, de acôrdo com o art. 176, inciso III., § 2.9 e art. 181, da Lei n.9 1.711-52, Nilda Muniz Barreto de Andrade, ponto número 9.030, inatrícula n.9 1.055.353, coupante do cargo de Costureiro, A-702-5, da Parte Fermanente do Quadra do 11 S. F. dro do H.S.E.

N.º 1.194. de 1 8.67 — Considerando a decisão de CD em sessão de 5 de julho de 1967 (1.159.8), e tendo em vista o constante no processo mimero 7.891-66 e apensos. — Promovendo, de acórdo com a alinea e do art. 178, da Constituição Federal, à Segunda Categoria da Carreira de Procurador, em vaga decorrente da aposentadoria de Sizenando Nabuco de Mello e Procurador da 3ª Cate.

N.º 1.198, de 1.8.67 — Tendo em vista o constante no proc. número 33.972-67 — Homologando & R. I. AMG-223-67, que designou Beatriz Lisboa de Araújo, Escriturário nivel 8-A. matrícula n.º 1.705.394, para positivir Los Lutz Cinglia n.º Escriturário na FG. BISECA de Hadio, Escribado de Hadio, Escribado de Sena marícula n.º 1.705.394, para substituir Leo Luiz Cioglia, na FG. 17-F. de Encarregado da MAK da MGA, da AMG. do Quadro da AC e OLS, em seus impedimentos eventativa. tuais.

N.º 1.201 de 1.8.67 — Usando da atribuição que lhe confere o art. 23, do Decreto n.º 60.091-67 — Determinando a exclusão do Regime de Trabalho Extraordinário vinculado ao de Trabalho Extraordinário vinculado ao de Trabalho Extraordinário professão Evalusia. Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, de Ivan da Costa Lyra, Escrevente-Dactilógrafo nível 7, matrícula n.º 1.056.198, ponto n.º 12.564, lotado nos SG. relacionada na Porta ia n.º 671, por mim subscrita em 9 de maio de 1967.

Relação nº 211-67

mero 60.091, de 18-1-67, e tendo em vista o despacho do Senhor Presidente da República, exarado em 17-8-66, na Exposição de Motivos nº GB-85, de 20 de junho de 1966, do Diretor-Gerol do DASP, publicada no Diário Oficial de 1-9-66, resolve:

Nº 1.202 — Determinar a au discussiva prevista no discusso Exclusiva, prevista no discusso Exclusiva, prevista no discusso Exclusiva.

Nº 1.199 — Determinar a aplica-cão do Regime de Tempo Integral e cão do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, previsto nos ortigos 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 e no art. 7º da Lei nº 4.863, de 29-11-65 e na conformidade do disposto no Regulamento constante do Decreto nx 60.091, de 18 de janeiro de 1967, à Lucy Conceição de Androde Rocha Encarregado simde Andrade Recha, Encarregado, sim-bolo 17-F, lotada na Presidência (P), com a gratificação mensel de NCrs 109.50, correspondente a 60% do vencimento do cargo.

mente outro cargo, funcão ou ativida-des particulares de caráter emprega-tício, profissional ou publico de qualquer natureza, não se compreendendo nessa proibição:

- O exercício em órgão de deli-T -beração coletiva desde que relacio-nado com o cargo em Regime de Tempo Integral;

II — As atividades, que, sem caráter de emprego, se destinam a difusão de idéias e conhecimentos excluídas es que prejudiquem a execução das obrigações inerentes ao Regime 2e Tempo Integral e Dedicação Exclusiva;

5-F de Assessor do SAP da HSA, da prosentadoria de Sizenando Nabuco de Parte Permanente do Quadro do General de Mello o Procurador de 3.º Categoria José Machuca. 2. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 5 de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número da o constante no proc. número HSE-1.212-66 — Aposentando, de 3.º Categoria José Machuca. 2. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 5 de junho de 1967.

N.º 1.187, de 1.8.67 — Considerando Nabuco de 3.º Categoria José Machuca. 2. Os efeitos da presente Portaria retroagem a 5 de junho de 1967.

N.º 1.195, de 1.8.67 — Tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista o constante no proc. número de 28.6.67 (1.158.º), e tendo em vista de 28.6.67 (1.158.º), e

IV — A narticipação eventual sem caráter empregatício com atividades didáticas de seminários, conferências e cutras semelhantes, bem como administração de ensino especializado em cursos temporários de estabelecimentos oficial de nível superior

A infringência des normas estabe-lecidas para o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva acarre-tará a responsabilid de administra-tiva, criminal e civil do funcionário e da autoridade a que esteja imedia-tamente subordinado de acôrdo com o art. 29 do citado Decreto.

O Presidente do Instituto de Pre-O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estrado usando das atribuições que lhe confere o art. 17 do Decreto-lei nº 2.865, de 12 de dezembro do 1910, e tendo em vista o desnacho do Senhor Presidente da Remiblica, emando na Exposição de Motivos número GB-86, do Diretor-Ceral do DASP, nublicado no Diário Olicial, de 1 de setembro de 1986, resolve: setembro de 1966, resolve:

Nº 1.200 — Determinar a aniscenso do regime de trabelho extraordinário rinculado ao tempo integral e dedicação exclusiva, previstos nos arts 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 16 de junho de 1964, no art. 7º da Lei nº 4.863, de 20 de necembro de 1965 e na conde 29 de novembro de 1965 e na con-formidade do disposto no regulamento chieto do Decreto nº 60.091, de 18 de ianeiro de 1937, a Eder Versiani dos Antos, Escriturário, nível 10-B, nonto nº 9-217, mat. nº 1.047,913, lotada Serviços Gen is de Administracão (SG), com a gratificação mencal de NOrs 9125, correspondente a 59% do vencimento do seu cargo.

DE 1967

O Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o art. 17, do Decreto-lei no 2.865, de 12-12-40, considerando o disposto no art. 24, do Decreto número 60.091, de 18-1-67, e tendo em 17-8-66, na Exposição de Motivos nº GB-86, de 20 de imbo de Motivos nº GB-86, de Diretor-Gral do DASP, nu-Exposição de Motivos nº GB-86, de solve:

. Determinar a aplicação nos artigos 11 e 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1954 e no art. 7º da Lei nº 4.863, de 29-11-65, e na conformidade do disposto no Regulamento dade do disposto no Regulamento constante do Decreto nº 60.091, de 18 de janeiro de 1967, a Maria do Carmo de janeiro de 1967, a Maria de Carmo Frazão Crespo Chefe de Secão, sím-belo 7-F, lotada nes Services Gerais de Administração, com a gratificação mensal de NCrs 230.40, correspondente à 60% do vencimento do cargo.

2 — Nos têrmes do art. 2º do Decreto nº 60.091-67, ao funcionário sufeito ao Regime de Tempo Integral e Nos têrmos do art. 2º do Decreto nº 60.091-67 ao funcionário sujeito ao Regime de Dedicação Exclusiva é proibido exercer cumulativamente outro cargo, funcão ou atividades particulares de caráter empregaticio profissional ou siva é proibido exercer cumulativamente outro cargo, função ou estividades particulares de caráter empregaticio profissional ou público de qualquer natureza, não se compreendendo ness proibidos. de função ou atividades particulares de função ou atividades particulares de função empregatício profissional ou compreendendo ness proibição:

I — O exercício em órgão de dell-beração coletiva desde que relacionado com o cargo em Regime de Tempo Integral;

II - As atividades que, sem cará ter de emprégo, se destinam a difusão de idéias e cenhecimentes excluídas as que prejudiquem a execução das obrigações ineventes ao Regimo de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva;

III - A prestação eventual de assistência não remunerada a eutros orgãos do servico público, visendo à aplicação de conhecimentos técnicos en científicos quando solicitada atra-

ministração de ensino especializado 3. A infringência das normas esta- retará a recponsabilidade administra- tamente subordinado de acôrdo com em cursos temporários de estabeleci- belecidas para o Regime de Tempo tiva, criminal e civil do funcionário o artigo 29 do citado Decreto. — Tarmento oficial de nível superior. Integral e Dedicação Exclusiva acar- e da autoridade a que esteja imedia- cisio Maia, Presidente.

COMISSÃO EXECUTIVA DO SAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 67-2

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMERCIO

Estabelece novas disposições para a fiscalização externa, em face da fiscalização externa, em face da fiscalização de externa, em face da fiscalização de externa, em face da financia com a extintenta com a extintenta com a extintenta com a extintenta com a legacia Regional, como aluguéis, limitansformação havida com a extintenta com a maior legacia Regional, como aluguéis, limitansformação da comendados.

Inspetores de Indústria Salides e a Deface a despesas de transporte ou legacia Regional, como aluguéis, limitantenta de legacia Regional, como aluguéis, limitantenta com a maior legacia Regional, como aluguéis, limitantenta de legacia Regional, como aluguéis, limit

existente ou promovendo a liquida-ção dos seus débitos. Somente serão concedidos adianta-

mentos para atender às despesas com a manutenção dos escritórios on-

Consolidação das Leis do Trabalho

Alterações do Dec. lei n.º 229 - 28-2-67

DIVULGAÇÃO N.º 1.007

PREÇO: NCr\$ 0,30

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembôlso Postal

Em Brasília

Na Sede do DIN

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

LEI Nº 5.172 - 25-10-1966

DIVULGAÇÃO Nº 977

PREÇO NCr\$ 0,25

A Venda:

Na Guanabara

Agência I: Ministério da Fazenda Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves. 1

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembôlso Postal

Em Brasília

Na sede do DIN

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

PORTARIA DE 28 DE JULHO DE 1967

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística, usando das suas atribuições, resolve:

Nº 339 — Designar José Bastos Tá Nº 339 — Designar Jose Bastos 1a-yora — Estatístico, classe C. nível 22, e Diretor do Laboratório de Estatís-tica, simbolo 4-C, do Quadro de Pes-soal da Administração Central do Conselho Nacional de Estatística —, para substituir, na forma da legislação em vigor, o Secretário-Geral do referido Conselho, em suas feltas e impedimentos eventuais. — Sebastião Aquiar Ayres.

Conselho Nacional de Estatística Junta Executiva Central

RESÒLUÇÃO Nº 922 — D DE JULHO DE 1967

Abre crédito especial de NCr3 4.500.00, destinado a suplementar o auxilio regular do SEEC, do MEC.

A Junta Executiva Central do Con-

selho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e
Considerando a solicitação contida no Oficio nº SEEC-478, de 27 de dezembro de 1966, no sentido de lhe ser concedido auxilio suplementar, no montante de NCrs 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros novos).

mil e, quinhentos cruzeiros novos), para apuração das estatísticas educacionais, em face da insuficiência da dotação atribuída pelo Ministério da Educação e Cultura;

Considerando que o Conselho Nacional de Estatística, nos têrmos da legislação e dos convênios de estatística em vigor, tem, sempre que nacessário, adotado o princípio da colaboração e do auxilio aos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional; e

cional; Considerando que a dotação consigrada na verba "3.2.0.0 — Transferências Correntes — 3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes — 3.2.9.2 — Entilades Federais — 1) 3.2.9.2 — Entidades Federais — 1)
Assistência aos órgãos Federais do
Sistema Estatístico" foi totalmente
distribuída, não havendo, assim, recursos orgamentários para a suplementação solicitada que, na conformidade do parecer do Serviço Econômico e Financeiro, somente poderá
correr através de crédito especial,
resolve:
Artigo único Fico aborio Talo Originales

ao Serviço de Estatística da Educa-

ao Serviço de Estatística da Educa-ção e Cultura, na conformidade do Processo nº 15.100-66. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1967. Ano 32º do Instituto. Conferido e numerado. — Nielsen Alves Affonso, Secretária-Assistente. Visto e rubri-cado. — Raul Romero de Oliveira, Secretário-Geral do Conselho. Publi-Secretário-Geral do Conselho. Publique-se. — Sebastião Aguiar Ayres. que-se. — Sebastião Aguiar Ayres. Presidente do Instituto e do Conselho.

RESOLUÇÃO Nº 924 — D DE JULHO DE 1967

Altera os arts. 5º e seu parágrafo único e 6º da Resolução JEC-879, de 8 de junho de 1966.

A Junta Executiva Central do Con-selho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

alterada a rotina estabolecióa pelos arts. 5º e seu parágrafo único e 6º da referida Resolução, conforme o exposto no Processo nº 5.025-66, resolução.

Art. 1º Passa a ser a seguinte a redação dos arts. 5º e seu parágrafo único e 6º da Resolução JEC-879, de

8 de junho de 1936:
"Art. 5º Nos años para os quais o arrolamento completo não esteja programado, caberá as Agências Municipais de Estatística premeher 4 (quatro) vias do Boletim de Alteraquairo) vias do Boletim de Altera-ção de Cadastro (BAC) de que trata o art. 6º desta Resolução, para cada assunto em que hajam ocorrido alte-rações no universo des unidades informantes, relativamente ao ano ime-distamente anterior ao da Campa-nha em desenvolvimento.

Paragrafo único: As 4 (quatro) vias

eri contrerio.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1887.

Ano 32º do Instituto. Conferido e numerado. — Nilsen Alves Afjonso, Secretária-Assistente. — Raul Romero de Oliveira, Secretário-Geral do Conselho. Publique-se. — Sebastião Aguiar Ayres, Presidente do Instituto e do Conselho. __ Sebastião

II - Inspetor Regional - CE:

PORTARIA

Nº 37, de 5-7-67 — Designa Haroldo Pereira Frazão, Agente de Estatistica, nivel 10-A, do Quadro de Pesscal das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada de Chefe de Agência, símbolo 17-F, da lotação desta IR, no municipio de Independência, em vaga decorrente da dis-pensa de João Câncio Sebrinho.

III - Inspetor Regional - ES:

Nº 43, de 1-6-67 - Dispensa a pedido a partir desta data, da função gratificada de Chefe da AME de Iúna, símbolo 14-F, o Agente de Estatistica, nível 12-B, Arnulpho de Araúio.

🗕 Designa Arnul-N? 44, de 1-6-67 pho de Araújo, Agente de Estatistica nível 12-B, para exercer a função gratificada de Chefe de Agência Municipal de Estatística de São José do Calçado, símbolo 13-F, em vaga decorrente da dispensa de Sebastião Isaac Ferreira.

IV - Inspetor Regional - MG:

Nº 226, de 4-5-67 — Dispensa de acôrdo com o art. 77, da Lei nº 1.711, acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Nilson Esteves da Mota, Agente de Estatistica nível 12-B, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, da função gratificada de Chefe da Agência de Rio Vermelho, símbolo 17-F, da lotação desta Inspetoria

nais, da função gratificada de Chefe Sebestião, simbolo 15-F, da lotação da Agencia de São Tiago, sembolo desta Inspeteria.

Nº 240, de 1-6-67 — Designa Eunice Samo Mesquita Pedrosa, Agente de

B, do Quadro de Pessoal das Inspeterias Regionais, para exercer a fun-ção gratificada de Chefe da Seção de

ção gratificada de Chefe da Seção de Pesscal (S.P.), simbolo 8-F, desta Inspetoria, em vaga decorrente da dispensa de João Moreira dos Reis. Nº 244, de 9-6-67 — Dispensa, de acôrdo com o art. 77 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952. Alvoro da Costa Melo, Agente de Estatistica, nível 12-B do Quadro de Pessistica, nível 12-B do Quadro de Pessistica, nível 12-B do Quadro de Pessistica de Pessistica

V - Inspetor Regional - SP:

Pascheal Spina.

Nº 171, de 5-6-67 — Designa Emilio Kozakii, Agente de Estatistica, nivel 10-Å, do Quadro de Pescoal das Inspetorias Regionais, para exercer a pelonias Regionais, para exercer a função gratificado de Chefe da Agente de Chefe da AME de Piladelfia, rante do Paranapanema, simbolo 16-P, da lotação desta Inspetoria, em vaga decorrente da dispensa de Oswaldo Erreiras Ortega.

Nº 190, de 14-6-67 — Designa Genaldo Dumont Velenie, Agente de Estatistica, nivel 14-C, do Quadro de Pescoal das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada de Chefe da AME de Piladelfia, simbolo 17-F, da lotação desta IR, em vaga decorrente da dispensa de No 190, de 14-6-67 — Designa Genaldo Dumont Velenie, Agente de Estatistica, nivel 19-A, do Quadro de Pescoal das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada de Chefe da AME de Cristianóp lis. simbolo 17-F, da lotação desta IR, em vaga descorrente do falecimento de Carlos Catelli.

Nº 201 de 14 6 67 — Dispense de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va a decerrente da dispensa de 19 12-F, da lotação desta R, em va decerrente da dis

Catelli.

Nº 201, de 14-6-67 — Dispensa, a partir de 11 do corrente més de acorde do com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, por ter sido designado para outra função, Geraldo Dumont Valente, Agente de Estatistica, nível 14-C, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionals, da função gratificada de Chefe da AME de Bobedouro, simbolo 8-F, da lotação de acordo com o c

Regionals, da função gratificada de Chefe de Agência de Terra Roxa, símbolo 11-P, da lotação desta Inspe-

toria.

Nº 205, de 28-6-67 — Designar
Adhemar Valladão de Souza Agente
de Estatística, nível 14-C, do Quadro
de Pessoal das Inspetorias Regionais, Considerando que a verificação procedida pela Secretaria-Geral junto a finspetorias Regionais, quanto à aplicabilidade do sistema de atualização pedido, de acôrdo com o art. 77 da Lei núcleo de Bebedouro, símbolo 8-F, mero 1.711, de 28 de outubro de 1952,

da lotação desta Inspetoria, na vaga decorrente da dispensa de Geraldo Dumont Valente, designado para outra função.

Nº 214, de 3-7-67 — Dispensa, partir de 1-7-67, de acordo com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 23 de oude cadastros de informantes das Campanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Estatísticas previsto na Rapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 8 de junho de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira Santiago, Agenpanhas Parapolução JEC-879, de 1952, José de Oliveira San

Nº 249, de 1-6-67 — Disigna Eunice gamo Mesquita Pedrosa, Agente de Lima Sabato, Escrituraria, nivel 10-Estatística, nivel 14-C, do Quadro de Pesical das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada de Agente Itinerante, simbolo 2-F, da 10tação desta Inspetoria, na vaga de-corrente da dispensa de Napoleão corrente da dispensa Moreira da Silva.

VI - Inspetor Regional - MT:

Nº 33, de 3-4-67 — Designa Antovaro da Costa Melo, Agente de Estatistica, nível 12-B, do Quadro de Pessoal das Inspeterias Regionais, da função gratificada de Chefe de Agenteia de Liberdade, simbolo 17-P, da lotação desta Inspeteria. função gratificada de Agente Itine-tante, s mbelo 4-F. da lotação desta inspeteria, em vaga decorrente da dispenca de Aluizio Louzada da Cruz.

do BAC, devidamente preenchidas pelo Agente, destinam-se, respectivamente, ao órgão Central Federal interessado no assunto, ao Departamento Estadual de Estatistica, à Inspetoria Regional e à Agência Municipal de Estatistica encarregada da coleta.

Art. 6º A Secretaria-Geral do Conselho submeteré, até 30 de setembro de 1967, à censideração de setembro de 1967, à censideração de Secretaria, de Chête da AME de Jambeiro, simbolo de 1967, à censideração de Secretaria, de Chête da AME de Jambeiro, simbolo de Oração de Cadarto (BAC) para ser urado na quelização des cadaritos dos informantes dos Anexos I e II das Campanhas Estatistica."

Art. 2º Revogam-se as disposições en contrêvio.

Rio de Jameiro, 26 de julho de 1957.

Ano 32º do Instituto. Conférido e numerado. — Nilean Alves Affonso, Secretária-Assistente. — Raul Ro-Kozuki Agente de Estatistica municipal de 17-1, de 23 de cutuloro de 1952, por ter sido de cadarito de 1967, de accido com o art. 71 da Lei no 1, 11, de 23 de cutuloro de 1952, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionas, nivel 12-6, do Quadro de Pessoal des Inspetorias Regionas, para exercer a função gratificada de Chefe da Seca função desta Inspetoria.

Nº 171, de 5-6-67 — Designa Emilio Nº 16, da 1-2-67 — Dispensa, a pertar de 1967, de accida de Chefe da AME de Jambeiro, simbolo 17-F, da lotar-gratica de Chefe da Seca função gratificada de Chefe da Seca função desta Inspetoria.

Nº 171, de 5-6-67 — Designa Emilio Nº 16, da 1-2-67 — Dispensa, a pertar de 1967, de accida de Chefe da AME de Jambeiro, simbolo 17-F, da lotar-gratica de Chefe da Seca função desta Inspetoria.

Nº 16, da 1-2-67 — Dispensa, experio de função de como de rescal das Inspetorias Regionals, para exercer a fun

de Bebedouro, símbolo 8-F, da lotação de acôr.) com o art. 2. item I, de sta Inspetoria.

Nº 204, de 28-6-67 — Dispensa, a partir de 11 de junho de 1967, de acôrdo com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 28 de butubro de 1952, Encas Diório, do com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 28 de butubro de 1952, Encas Diório, do com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 28 de butubro de 1952, Encas Diório, do com de 1952, Encas Diório, do 19 Estatística, com lotação na Inspetoria Regional de Minas Gerais, em vaga decorrente da exoneração de Vioente Alves Vilaça.

II - Inspetor Regional - BA:

Nº 118, de 3-7-67 — Dispensa, a pe

José Figueiredo Leal de Araújo, Estatístico, nível 22-C, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, da função gratificada de Chefe da Seção de Estatística da Capital, simbolo simbolo 7-F, da lotação desta Inspetoria.

Nº 290, de 28-6-67 - Concede exoneração de acôrdo com o art. 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 17-11-66, a João Baptista Campos Porto, Agente de Estatistica, nivel 10-A, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais com lotação na IR no Estado de São Paulo.

II — Secretário-Geral:

Nº 35, de 30-6-67 - Designa Maria Julia de Souza Lima Mesquita, Oficial de Administração, nivel 12-A, do Quadio de Pessoal da Administração Central do Conselho Nacional de Estatística, para exercer a função gratificada de Chefe de Turma de Arquivo, da Seção de Protocolo e Arquivo do mesmo Quadro em vaga de-corrente da dispensa de Helena Emilia Martins Alvarenga.

II — Inspetor Regional IR-PA:

Nº 26, de 12-4-67 — Dispensa a pedido, a partir desta data, da função gratificada de Chefe da AME de Pôrto de Noz, simbolo 17-F, o Agente de Estatística. nível 10-A, Holderson da Silva Rodrigues.

Inspetor Regional IR-CE:

Nº 84, de 1-12-66 — Dispensa, ex-officio, e a partir de 1º de dezembro de 1966, de acôrdo com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Iúlio Martins Braga, Agente de Es-atística, nível 12-B, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatistica, da lunção gratificada de Chefe de Agênna, símbolo 11-F, da lotação do mu-nicípio de Iguatu.

Inspetor Regional IR-PB:

Nº 65, de 14-9-66 Designa José Hermano Guerra, Agente de Estatistica, nivel 10-A, do Quadro de Pesscal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatistica para exercer a função gratificada de Chefe da Agânio da Cratificada de Chefe da Agânio da Chefe da ristica para exercer a função gratificada de Chefe de Agência de Estatística de Taperoá, simbolo 15-F, da lotação desta Inspetoria, em vaga decorrente da dispensa de Eustáquio Rangel de Farias.

Nº 70, de 7-11-66 -Nº 70, de 7-11-66 — Dispensa, a pedido, a partird e 7-11-66, de acordo com o art. 77 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Hélio de Caldas Barros. Estatístico, nível 22, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, da função gratificada de Chefe do Setor de Pessoal, Material e Comunicações, símbolo 8-F, da lotação desta Inspetoria. – Dispensa, a pe-

II — Inspetor Regional IR-ES:

Nº 44, de 1-6-67 — Designa Arnul-Nº 44, de 1-6-67 — Designa Arnui-pho de Araújo, Agente de Estatistica, nivel 12-B, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada de Chefe de Agência Municipal de Estatistica, de São Jose do Calçado, simbolo 13-F, da lotação desta Inspetoria, em vaga decorrente da dispensa de Sebastião Işaac Ferreira.

/II — Inspetor Regional IR-RS:

Nº 35, de 20-6-67 — Designa Onofre Luiz Caletti, Agente de Estatis-tica, nível 10-A, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, para exercer a função gratificada, simbolo 7-F, de Chefe da AME de Erechim, da lotação desta Inspetoria, em vaga de-corrente da dispensa de Dileto Pilotto.

petorias Regionais (Parte Especial), petorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, em virtude do falecimento de seu ocupante João Nicolau Marcondes de Moura, ocortido em 31-5-67.

Registra-se a vacância do cargo de Agente de Estatística, nível 12-A, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, em virtude do falecimento das Inspetorias Regionais, com o simbolo 7-C. correspondente ao cargo de Diologo Correspondente ao cargo de Conselho Nacional de Estatística, em virtude do Successiva de Conselho Nacional de Estatística, em virtude do Sacional de Moura, ocortido em 20-4-67.

Registra-se a vacância do cargo de Moura, ocortido em 25-4-1967, de Arthur Dias de Passoal das Inspetorias Regionais, em virtude do falecimento de seu compante João Nicolau Marcondes de Moura, ocortido em 20-4-67. Eliseu Soares de Queiroz Correia, de ocorrido em 25-5-67.

Registra-se a vacância, do cargo da série de classes de Agente de Esta-tística, nível 14-C, do Quadro de Pas-scal das Inspetorias Regionais, em virtude do falecimento de seu ocupante José Maria Ribeiro Rocha, ocarrido em 26-4-67.

classes de Agente de Estatistica, ni-vel 10-A, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, em virtude do falecimento do seu ocupanta Fernan-do Fernandes de Oliveira, ocorrido em

bolo 7-C, correspondente ao cargo de Inspetor Regional.

Retificação

Retifica-se para Dando Jorge Mon-donça de Moura, o nome do servidor cal das Inspetorias Regionals, em rirtude do falecimento de seu ocupando de José Maria Ribeiro Rocha, ocorridor de setembro de 1965, publicada no Diário Oficial nº 199, de 18-10-65, Seção I — Parte II, por ter saído com incorreção, a data da portaria no com incorreção da com incorreção, a data da portaria no com incorreção da com incorreç

nº 63, que foi publicada no Diario Oficial nº 206, de 1-11-66.

Registra-se a vacância da série de gusto Colinski, constante no Diário classes de Agente de Estatística, ni- Oficial nº 125, de 5-7-67, retifica-se yel 14-C, do Quadro de Pessoal das

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÉNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORBESTE

PORTARIA DE 18 DE JULHO DE 1967

O Superintendente da SUDENE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 37 da Lei nº 4.23), de 27 de junho de 1963, e o artigo 3º do De-creto nº 52.346, de 12 de agôsto de 1963, resolve:

Nº 490 — Rescindir, nos têrmos do pedido da servidora a partir de 16 de

tricula nº 1.243, lotada na AT-DD, pertencente ao Quadro de Pesscal Temporário desta autarquia.

CORTARIA DE 21 DE JULHO DE 1967

O Superintendente da SUDENE, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 37 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1863, e o Artigo 3º do Decreto nº 52 346, de 12 de agôsto de 1963, resolve:

Nº 502 — Excherar, a pedido, a partir de 14-7-67, António da Cunha Pessoa, Professor, marícula nº 2.546, Alteração de Cadastro
Processo nº 6.654-67 — Registra-se a vacância do cargo de nível 8-Å, da série de classes de Auxiliar de EstaMachado, Auxiliar Dactilógrafa, ma
pedido da servidora a partir de 16 de julho de 1967, o contrato individual de Chefe da Divisão de Treinamento de Recursos Huntanos (DRH), desta Autarquia. — Euler Bentes Monteiro.

PREVIDÊNCI

Decreto-lei n.º 66, de 21-11-1966

DIVULGAÇÃO Nº 97#

Preço: NCr\$ 0,15

A VENDA ? Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembôlso Postal

Em Brasilia

Na Sede do DIN

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 61 DE 1967

Rodovia: Projeto e Execução das Fundações e Estrutura do D/1.

Localização: Centro Rodoviário GB - Parada de Lucas .

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Redagem, neste edital denominado D.N.E.R. torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 14.30 horas do dia 11 do mês de setembro de 1967. na sede do D.N.E.R., à Avenida Presidente Vargas nº 522, 21º andar, no Estado da Guanabara, sob a presidência do Engenheiro Salvan Borborema da Silva, concorrência padoviários ra execução de trabalhos rodoviários adiante descritos, mediante as condições seguintes:

I - Proposta e Documentação

1. Poderá apresentar proposta tôda e qualquer firma, individual ou so-cial que satisfaça às condições estabelecidas nêste edital.

Parágrafo único: Não serão tomadas em consideração propostas apresentadas por consórcios ou grupos de firmas.

- A proposta e a documentação exigidas, serão entregues ao Presidente da concorrência acima referido, no te da concorrência acima referido, no local fixado para a concorrência, em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo em sua parte externa e fronteira, os dizeres: "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Concorrência — Edital número 61-67" o primeiro com o subtitulo "Proposta" e o segundo com o subtitulo "Documentação".
- 3. Contera a proposta, em três vias: a) nome da proponente, enderêço ou sede, suas características e identi-ficação (individual ou social);
- b) declaração expressa de aceitação das condições dêste edital e de que se vencedora da concorrência, executará a obra conforme projeto e res-pectivo cronograma fisico-fmanceiro pectivo cronograma ilsico-imanceiro de execução a ser fornecido pelo ... D.N.E.R. pelo preço giobal proposto e de acôrdo com as normas e especificações tecnicas vigentes no DNER.

 c) preço global para a execução da para nêste compreendidos todos os

neste compreendidos todos os serviços materiais e encargos necestários à sua completa realização e a sua entrega rematada e perfeita em todos os pormenores;

d) orçamento, com o qual foi obtido o preço global, tendo por base as quantidades de serviços e obras constantes do quadro de quantidades fornecidas pelo D.N.E.R. (Anexo I) e os respectivos preços unitários. Esses preços unitários, que serão apresentados em algarismos e por extenso, devem ser calculados levando em conta todo sos serviços, materiais e encargos que, mesmo não especificados sejam necessários a completa e perfeita execução da obra. O D.N.E.R. se reserva a faculdade de aprovar e modificar os preços unitários para quaisquer acréscimos da obra; e) prazo para a execução telal da

obra, contado em dras consecutivos:

f) a juizo do Presidente da concorrência, poderá ser exigido o reconhecimento por tabelião do Estado da Guanabara da firma do signatário ou

responsável pela proposta.

4. A proposta será apresentada em papel tipo oficio ou carta, datilografada, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

5. Conterá a documentação:

a) carteira de identidade do responéavel pela firma e signatário da proposta:

(certiqões);
d) provas de cumprimento da legisiação ciivl, comercial e trabalhista vigentes (contrato social, lei dos dois terços, imposto sindical relativamente empregadores empregados e responsaveis técnicos, certidões negativas de protestos e que tenha realizado o seguro de acidentes de trabalho), Pre-

vidência Social, etc.;
e) certificado de capacidade tecnica:

requerimento solicitando autorização para depósito da caução;

g) prova que os responsáveis pela firma votaram nas últimas eleições (art. 38, paragrafo 1º, alínea c da Lei nº 2.550 de 25 de julho de 1955) e se acham em dia com suas obrigações militares;

h) prova de cumprimento da Lei nº 4.440 de 27 de outubro de 1964. § 1º A decumentação podera sei apresentação por fotocópia devidamen-

selado na forma da Lei;

§ 39 Para as firmas regulamenta registradas no D.N.E.R., a apresentação dos documentos constantes dus alineas b c, d, g e h fica substituida pelo cartão de registro;

§ 49 O requerimento de que trata a alinea "f", deverá acempanhar em separado o envelope contendo a dodeverá acempanhar em cumentação;

II — Caução

6. A participação na concorrência depende de depósito de caução, na Tesouraria do D.N.E.R., no valor de NCrs 700,00 (setecentos cruzeiros novos), em moeda corrente do pais, em caderneta da Caixa Econômica em apólices, demais títulos da divida publica federal, em obrigações ou letras do Tesouro, em letras de câmbio de importação e de exportação do Banco

§ 4º Cophecidos os resultados da concorrência e a ordem de classificação dos participantes, de acôrdo com contério julgador dêste edital as cauções serão devolvidas mediante requerimento dos interessados exceção frita aos três primeiros colocados, os quans só poderão obter, devolução de suas respectivas cauções dopois de homologada a concorrência pelo Conse-

.b) carteira profissional devidemente registrada no CREA do engenneiro da obra bem como, certidão de registro da firma na execução do da firma e prova de quitação de ambos com o CREA;

c) provas de quitação com as Fazendes Federal, Estadual e Municipa: financeiro deferido 20 carteido 20 carteido o prazo de entrega dos projetos (fundações, estrutura e instalações) para aprovação pelo DNER. 17. O prezo para cenclusão poderá ser prorrogado, por infelativa do DNER, fundada em conveniência administrativa, a critério do Censelho Executivo.

D.N.E.R., representados pelos respectivos valores numeras, não se admitirá, na hipótese em que o atribulo prezo quendo de prorrogação do mente poderá pedir prorrogação de mentega dos projetos (fundações, estrutura e instalações) para aprovação pelo DNER. 17. O prezo para cenclusão poderá ser prorrogado, por infelativa do DNER, fundada em conveniência administrativa, a critério do Censelho executivo.

D.N.E.R., representados pelos respensados poderas pelos portação de debito do Executivo.

Parágrafo único. A empreteira soperados poderas pelos pelos poderas pelos portação poderas pelos poderas pelos pelo pecitivos valotes nominais. Mao se admitirá, na hipótese em que o atributo financeiro deferido ao contrato venha a ser inferior ao custo previsto no edital, redução sôbre o valor da centrato de prazo quando se verificar a interrupção des trabalhos determinado por:

a) fato da administração: edital, redução sôbre o valor da caução inicial.

§ 1º A caução inicial será reforçada, durante a execução dos serviços contratados de forma a totalizar, semcontratados de forma a totalizar, sempre, 5% dos serviços executados; enquanto a caução inicial corresponder a 5% dos serviços executados, não serão efetuados os reforços. Será permitido no ato de refórgo da caução, o depósito em títulos a critério do D.N.E.R.;

D.N.E.R.; § 29 A caução inicial e os respectivos reforços somente poderão ser le-vantados 60 días após a assinatura do tôrmo de recebimento da obra pelo do térmo de recebimento da obra pelo vicos executados até a conclusão do D.N.E.R. No caso de resolução do estaguermento. contrato não serão devolvidos a caução inicial e os reforços que serão convices até a conclusão dos blocos e apropriados pelo D.N.E.R.; cintar. 9 39 E vedada a substituição dos propriados pelo conclusão dos cintar. 9 medicão — Compresenderá os conclusão dos conclusãos dos conclusões do conclusãos dos conclusãos dos conclusãos dos conclusões do conclusãos dos conclusões do conclusãos do conclusão do conclusões do conclusão do conclusão do conclusão do conclusão do conclusões do conclusão do c

valores caucionados.

CAPÍTULO III

te autenticada; § 2º Cada documento deverá estar Descrição dos Scrviços — Norma de Execução

Condições Técnicas

10 — Encontra-se à disposição do interessados, na Divisão de Estudos e Projetos (Serviço, de Arquitetura e Paisagismo) o projeto da obra.

11. Os serviços postos em concorrência pelo presente Edital deverão ser executados de acordo com as Notmas técnicas e especificações vigentes do DNER, as condiços dêste Edital e a proposta apresentada.

io Tesouro, tinimportação e de exportado Drasil S. A. e títulos de do D.N.E.R., representados pelos respectivos valores nominais.

§ 19 O recolhimento da caução será efetuada pelo concorrente, apos deferimento, pelo Presidente da concorrência do requerimento de que trata a alinea f do artigo 5º dêste edital:

a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a linea f do artigo 5º dêste edital:
a alinea f do artigo 5º dêste edital:
a construção, acide
a construção acide
acidades de servina
nas quantidades de servina
mas quantidades de servina
mas considerados no cômputo

de do

CAPÍTULO VI

Pagamenics

serviçes a seguir relacionadas:

Compreenderá os ser 1ª medicão

Compreenderá os

recycles executades até a conclusão total da obra, entrecue limpa, removido todo o entulho.

CAPÍTULO VII

8 — Os serviços a executar situamse no km 0 da Rodovia Presidento
Dutra, no Centro Rodoviário da Guanabara e compreendom o projeto e
execução das fundações e estructra
do prédio do D/1.
9 — As obras serão executadas de
acôrdo com o projeto arquitetónico
figurado nos desenhos SAP 61 a 65-64
e especificações anexas (anexo II).

19. O valor aprox mado accide
e objeto dêste cilital é de
NC.S 70.000 0 (sestenta mil cruzotes
novos) parcelados em duas etapas financeiras: a prime ra no valor de
NCrS 60.000,00 (sessenta mil cruzeteros novos) para os serviços a exocutar
pelos preços unitários propostos e a
segunda, de NCrS 10.000,00 (dez mil
cruzetros novos) prevista para reajustamento na forma da Lei 4.370 de tamento na forma da Lei 4.370 de 28.7.65, correndo a despesa às expensas da dotação da verba 4.1.1.5 do Oreamento do F.R.N. — DNFR.

1967.
20. Demonstrada tempestivamente a insuficiência do valor a atribu (cos serviços a que valor aprox'mado nsurierine a do valor aproximate atribu de cos serviços a que se refere o prevente edital, pederá determinar o D.N. (1988), o prosessuimento dos serviços até a conclusão, condicionada a disponibilidade de recursos ordanas da a disponibilidade de recursos ordanas de condições do camentários, mantidas as condições do centrato original.

21. Esgotados os recursos empenhaveis e não havendo recursos empenha-veis e não havendo recursos novos, o contrato se considerará automáticacontrato se considerará automática-mente dissolvido.

CAPÍTULO VIII

Contrato, Multas e Dissolução

22. A adjudicação dos serviços será efecuada mediante contrato de em-preituda assinado no D.N.E.R., ob-servando as condições estipuladas n.sservando as condições estipuladas acste ed tal e as que constem da respectiva minuta à disposição dos interessados, na Procuradoria-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

23. O contrato estabelecerá mulias, aplicáveis, a critério do Diretor-Geral do D.N.E.R., nos seguintes casos.

sos:

- Por dia que exceder ao prazo

25 A critério do D.N.E.R., rá a resclução de contrato, indepen-dentemente de interpelação judicial cu extrajudicial, quando a empreiteira:

a) não cumprir qualsquer das obri-

gações contratuais;
b) transferir o contrato a terceiroz, no todo ou em parte, sem prévia
autorização do Dirteor-Geral do D.N.E.R.

§ 1º No caso de resilição, à emprei-§ 1º No caso de resilição, à empret-teira caberá receber o valor dos ser-viços executados, mais o valor das instaleções do contrato. descontadas as parcelas correspondentes a utili-zação descas instalações, proporcional-mente aos servicos realizados até s da da dissolução; §, 2º Ocorrendo resolução, o D.N.E.R. promoverá um ressarci-mento das perdas e danos, vía admi-mitra ou judicia!:

ni-tro tua cu judicia!; § 3º — Em ceso algum, o D.N.E.R. parara indenizacões devidas pela em-prefieira, por força da legislação trabalhista.

CAPITULO 1X

Reajustamento

26. Os preços propostos serão re-ajustados de ecôrdo com o Decreta-lel nº 165 de 24 de fevereiro de 1907.

__ CAPÍTULO X

Processo e Julanmento da Concorrencia

- 27. A Com'ssão de Concorrências de Serviços e Obras competirá:
- a) examinar os documentos apre-seriados nelas firmas concorrentes; b) verificar se as propostas aten-dem as condições estabelecides neste
- en verificar a selagem da documen-

terio;
d) rejeitar as propostas que nã satisfizerem as exigências dêste edita!

e) rubricar as promostas sceitas e cferece-las à rubrica dos representan-

tes dos concorrentes presentes ao atom f) lavrar ata diremetandad de concorrência. lê-la, essiná-la e colhêr as assinaturas dos representantes dos

conformation recentes an ato:

n) organizar mana ceral de concorrência e emitir parecer, indicando a proposta mais vantajosa.

28. Para fulgamento da concorrên-cia atendidas às condições dêste edital, considerar-se-á vencedora e firma que apresentar o menor preco global tara e construede de obra, em conformidade com os alineas "e" e "d" di artigo 3º do presente edital.

CAPITULO XI

Disposições Gerais .

29. Ao Conselho Executivo de D.N.E.R. se reserva o direito de anu'ar a concorrência, nor conveniência administrativa, sem que aos concorrentes cuba indenização de qualquier espécie.

parágrafo único. Em caso de anu-lação, os concorrentes terão direito a levantar a caucão e receber a do-cumentação que acompenhar a res-pectiva proposta, mediante requeri-

nto.
Os desenhos referidos peste

30. Os desembos referidos meste edital, relativos à ministura de obra serão fornecidos sos interessados na Divisão de Estudos e Proietos (Servico de Aronitetura e Poisasismo).

31. Os servicos serão considerados concluídos anos e conclusão total de toda a obra, de forma a mermitir a sua plena utilização em perfeitas condições de limpeza.

32. Os interessados ficam rieutes de que o DNER se reserva o direito de apresentar varientes do etual projeto que possam acarretar reducão ou

acréscimo ao volume de servicos seni que caiha aos concorrentes direito a qualquer reclamação on indenização 33. A empreiteira cará responsável por qualquer reparação ou conservação da obra durante seis (6) meses após o seu recebimento.

34. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos têrmos deste edital, serão atendidos durante o expediente da repartição na Procuradoria Judicial do D.N.E.R. ou na Divisão de Estudos e Projetos (SAP), para esclarecimentos necessários.

35. Para as firmas regularmente registradas no DNER a apresentação dos documentos constantes do artigo 5, capítulo I. alíneas B,C,D,F e H fica substituída pelo cartão de registro.

Ref., Proc. nº 28.122-67.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1967. — Eng. Salvan Borborema da Silva, Presidente da C.C.S.O.

ANEXO I

Especificações para a construção das specificações para a construção das fundações e estruturas dos prédios do Depósito D-1, no Centro Rodo-viário-GB, Km 0 da Rodovia Pre-sidente Dutra no Estado da Guanabara.

- 1. Projeto Será elaborado pelo Empreiteiro e aprovado pelo DNER, tendo em vista:
- a) Todos os elementos e sistemas estruturais serão projetados de acôr-do com as Normas Brasileiras;
- b) O projeto quanto a forma e o dimensionamento, além de obedecer no projeto arquitetônico fornecido pelo SAP, deverá atender, também, a tôdas as características dos sistemas struturais existentes nos prédios do Almoxarifado-Geral, de modo a formar, com aquêles, um só conjunto arquitetônico.

2. — Fundações — Serão em estaças de concreto armado com profundidade média de 11,00 m.

3. - Estruturas - Tratando-se de elementos estruturais à vista, a operação de concretagem deverá ser feita com os cuidados especiais das pe-cas aparentes. Não serão admitidos quaisquer defeitos: desaprumos, des-

riveis, etc.
Todo o cimento a ser utilizado na estrutura evera ser da mesma fabricação, a fim de ser mantida a gualdade da cor.

De acôrdo com as indicações do projeto arquitetônico, o prédio da Administração terá uma laje de fôrro 2 uma calha central, em concreto ar-mado. Para a estrutura do prédio mado, rara a estrutira do predio destinado ao Depósito propriamente dito, não haverá laje e somente a calha central. Sobre- o respaldo das paredes das calhas, serão colocados tacos de peroba de campo, protegidos

tacos de peroba de carroo, protegidos com pintura apropriada e embutidos no concreto, cada metro, de modo a permitir a futura fixação dos frechais.

4. — Instalação elétrica — No orédio da Administração será executada uma instalação embutida de eletrodutos e caixas, tendo em vista os futuros pontos de luz e tomadas de corrente. A firma Empreiteira deverá elaborar o projeto esquemático da rêde e submetê-lo à aprovação do DNER.

São os seguintes os elementos para o projeto e execução dessa instalação parcial:

a) uma caixa embutida no teto de cada compartimento para a saida de

um ponto de luz;
b) Interligação, com tubos, entre os interruptores e tomadas, até viena abaixo das vigas. Tódas as pontas de tubos devem ser rosqueadas, a fim de permitir o futuro prosseguimento da tubulação dentro da alvenaria.

Em cada sala serão feitas três baixadas, sendo uma para o interruptor e dues para as tomadas de corrente.

5. — Limpeza — O terreno indi-cado no projeto, após a construção das estruturas, deverá ser entregue limpo e com todo o entulho removide.

CENTRO RODOVIARIO DA GUANABARA

Fundações e estrutura pera se prédios do depósito D-1 (2º etapa) QUADLO DE QUANTIDADES

ANEXO II - EDITAL Nº 6-67

	Natureza dos serviços	Unidade	QuantiJade
1.	Fundações em estacas de concreto armado 54 estacas de 11,90m	m	574 00
2	Estrutura de concreto armado		
	a) blocos e cinta;b) pilares, vigar, lajes e celhas	m3 m3	F1 01-0 70,000
3.	Instalação elétrica	verba	
	Subtotal	=	=

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 66-67

Rodovia: BR-135-RJ (antiga BR-3) Trecho: Contôrno de Três Pies.

Obra: Projeto e construção de uma onte sôbre o rio Paraíba.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem nêste Edital denominado D.N.E.R., torna público para conhecimento do: interessados, que fará realizar às 14.30 horas do dia 12 do mês de setembro horas do dia 12 do més de setembro de 1967, na sede do DNER, à Avenida Presidente Vargas nº 522, 21º andar no Estado da Guanabara, sob a presidência do Engenheiro Salvan Borborema da Silva, concorrencia para execução de trabalhos rodoviários adiante descritos, mediante as condicões seguintes: dições seguintes:

I — Proposta e Documentação 🐣

1. Poderá apresentar proposta têda e qualquer firma, individual ou social, que satisfaça às condições estabelecidas nêste Edital.

Parágrafo único. Não serão torradas em consideração propostas apresentadas por consórcios ou grupos defirmas

firmas.

2. A proposta, a documentação é o anteprojeto exigidos, serão entregues o anteprojeto exignos, serao entregues ao presidente da concorrência acima referida, no local fixado para a con-corrência, em envelopes separados, fe-chados e lacrados, contendo em sua chaos e lacrados, contendo em sua parte externa e fronteira, os dizeres: "Departamento Nacional de Estradas de Rodsgem — Concorrência — Edital nº 66-67" o primeiro com o subtítulo "Proposta", o segundo com o subtítulo "Documentação" — o último com o subtítulo "Anteprojeto".

3. Conterá a proposta, em três

a) nome da proponente, enderêço ou sede, suas características e iden-tificações (individual ou social) b) declaração expressa de aceitação das condições dêste Edital e de que

das condições dêste Edital e de que se vencedora da concorrência, complementará o anteprojeto consubstanciando-o em projeto completo e pormenorizado sem acréscimo de preços, e que executará a obra conforme o referido projeto pelo preço global proposto e de acordo com as normas e especificações técnicas vigentes no D.N.E.R.

c) preço global para a execução da obra, neste compreendidos todos os serviços, materiais e encargos necessários à sua completa realização e a sua entrega rematada e perfeita em

todos os pormenores;
d) orcamento, com o qual foi obtid) orçamento, com o qual foi obti-do o preço global, indicadas as quan-tidades aproximadas de serviços e testos, impésto sindical r obras a executar e os respectivos pre-cos unitários. Esses preços unitários que serão apresentados em algarísmos le por extenso, devem ser calculados le-

vando em conta todos os servido vando em coma todos os service, ma-teriais e encargos que, mecho não es-pecificados, sejam necese rios a com-pleta e perfeita execunão da obra. O D.N.E.R. se reserva a faculdade le aprovar e modificar os necess uni-tários para quaisquer acrescimos du obra. obra:

() prazo para a execución total da obra, contado em dias emercutivos;

eronorrema físico-firemesiro de D execueño, devendo o cronograma fi-nanceiro ser expresso em presos cons-

nanceiro ser expresso em proposantes:

(1) o cronograma física dos servicas;

n obras, indicará o inicio e o fim de cada etapa da obra; de sefendo con o secuinio critério, undendo a emperitira torná-lo mais, normenovado, recovando-se o D.N.E.P. a faculdade de aprová-lo cu modificá-lo:

\$ 10 Instalação; \$ 29 Colccação de ferro no canteir

de sarvico; § 3º Infraestrutura; § 3º Infra Fundação;

Pl'ares; § 4º Superestrutura; Escoramento;

Fôrmas: Armação; Concretagem.

§ 5? Acabamentos: Pavimentação: Guarda-corpo; Pintura e sinalização.

h) o eronograma fisico-financeiro deverá ser apresentado em papel mi-limetrado, na forma do desenho que se encontra na C.C.S.O., à disposi-ção dos intelessados:

t) a juízo do Presidente da con-corrência, poderá ser exigido o reco-nhecimento por Tabelias do Eslado da Guanabara, da firma do signatá-rio ou responsável pela proposta.

4. A proposta será apresentada em papel tipo ofício ou carta dellocaránda, em linguagem clara sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

Conterá a documentação:

a) carteira de identidade do res-ponsável pela firma e signatário da

b) carteira profissional devidamente registrada no CREA do engenheiro responsável pela firma na evecução da obra, bem como, certidão de registro da firma e preva de quitação de ambos com o CREA;

c) provas de quitação com as Fa-zendas Federal Federal zendas Federal, Estadual e Municipal (certidões);

d) provas de cumprimento das le-gislações civil, comercial e trabalhis-tas vigentes (contrato sociel, leis dos dois têrços certidões negatives de pro-testos, impêsto sindical relativamente aos empregadores, empresados e res-ponsáveis técnicos, que tenha realizado o seguro de acidentes do trabalho).

nica;
f) requerimento solicitando autorização cara depósito da caução;
g) prova de que os responsáveis
(técnicos e legats) pela firma votaram nas últimas eleições (artigo 38,
§ 1º, alinea c da Lei nº 2.550 de 25-7
de 1955, bem come, se acham em dia
com as obrigações militares;
h) prova de cumprimento da Lei
nº 4.40, de 27-10-64.
§ 1º A documentação poderá ser
spresentada por fotocópia devidamente autenticada;
§ 2º Cada documente deverá estar
se ado na forma da Lei;
§ 3º Para as firmas regularmente
registradas no D.N.E.R., a apresen-

s 5º rara as firmas regularmente rezistradas no D.N.E.R., a apresen-tarão dos documentos constantes das alineas b. c, d, g-e h, fica substituída pe'o cartão de registro;

pe'o carião de registro;

§ 4º O requerimento de que trata
a alinea f deverá acompanhar em
separado e envelope contendo a documentaçãe;

§ 5º A prova de quitação com o Impôsto sindicato Nacional de Indústria
e da Construção de Estardas, Pontes.
Portos Aeropurtos, Barragens e Pavimentação. A apresentação do documento de quitação com putro sindicato so será açeita, se a firma provar que a patureza de sua atividade
prependerante está sujeita ao mesmo.

11 — Provas de Capacidade

6. A participação na concorrência denende de prova de capacidade técnica.
7. Para prova de capacidade técnica será exigido atestado de Repartição Federal ou Estadual de haver a concorrente construido para a referida Repartição pontes ou viadutos de concreto armado cuia soma de comprimento atida a 750 metros e ainda, haver construido pente ou viaduto de concreto armado de comprimento mínimo de 30 ometros no prazo de 240 dias ou obra maior em prazo equivalente. valente.

8. As firmas inscritas no D.N.E.R. e classificadas na categoria "A" fical rão isentas da apresentação do a estado acima referido, para partirmação na concorrência, objeto dêste

Edital.

- Caucão

9. A participação na concorrência depende de idencisto de caução, na Tesouraria do D.N.E.R., no valor de NCrs 2.400.00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros novos) em moeda corrente do país, em cadernetas da Calza Econômica, em apólicas e demais títulos da divida pública federal, em obrigações ou letras do Tesouro, em letras de câmbio de importação e de exportação do Banco do Brasil S.A. exportação do Banco do Brasil S A. e titulos de debito do D.N.E. ropresentados pelos respectivos valores nominais.

nominais.

§ 19 O recalhimento da caução será efetuado inclo presidente após deferimento palo Presidente da concertência, do requerimento de que trata a alinea / do art. 59 dêste Edital:

§ 29 A comprovação do recolhimento da caução deverá ser entregue a Comissão, até a hora marcada para a abertura dos anteprojetos:

§ 39 Fica sujeita a sancães legats

\$ 3º Fica suleita a sancées levats.
Independentemente da declaração de inidoneidade, a firma que tendo requerido, não tenha satisfeito o deposito da caução, no prazo que lhe foi deferido:

sito da caução, no prazo que lhe foi deferido:
§ 4º Conhecidos os resultados da concorrência e a ordem de classificabão dos participantes, de acordo com o critério julgador dêste edital, as cauções serão devolvidas mediante requerimento dos interessados, excesso feita aos trâs primeiros colocados, os quais só poderão obter, devolução de suas respectivas cauções depois de homologada a concorrência pelo Conselho Executivo;
§ 5º A caução correspondente à firma declarada vencedora ficará em

e) certificado de capacidade téc- poder do D.N.E.R., para garantia nica; da assinatura e fins do contrato.
f) requerimento solicitando autori- 10. O vencedor da concorrência,

para efeito de assinatura do contrapara efeito de assinatura do contra-to de empreitada, reforçará a caução inicial com outra de valor tal que complete 1% do valor dos serviços contratados, em moeda corrente do país, em cadernetas da Caixa Econô-mica, em apólices e demais títulos da divida pública federal, em obrigações ou letras do Tesouro, em letras de câmbio de importação e de exportacanolo de Brasil/S. A. e ti-nilos de débito do D.N.E.R., repre-sentados pelos respectivos valores nu-minais. Não se admitirá, na hipótese em que o atributo financeiro deferido ao contrato venha a ser inferior ao custo previsto no edital, radução sôbre o valor da caução inicial.

8 10 A caução inicial será reforçu da durante a execução dos servicos contratados de forma a totalizar, sempre, 5% dos serviços executados; enquanto a caução inicial correspon-der a 5% dos serviços executados, não serão efetuados os reforços. Será permitida, no ato do reforço da canção, o depósito em títulos, a critério de D.N.E.R.;

§ 2º A caução inicial e os respectiy 2º A caugao inicial e os respectivos reforços somente serão levantados co dias após a assinatura do têrmo de recebimento da obra pelo D.N.E.R. No caso de resolução de contrato, não serão devolvidos a caução inicial e os raforcos que serão apropriados pelo D.N.E.R. D.N.E.R.: § 59 E vedada a substituição dos

valores caucionados.

IV - Local e natyreza dos serviços

11. Os serviços objeto do presente edital consistem no projeto e na construção de uma ponte em concreto pretendido sôbre o rio Parafba na BR 135 RJ; contorno de Três Rios, com as seguintes características:

a) E' em tangente e nivel na co'a 2'4.600. Largura total 10m, com pis-ta de rolamento de 8,20m;

b) Comprimento total 160m assim constantes de Des. D. Et SCOA núconstituidos: um vão central de 32m mero 4167.

18. No caso de se tornar necessácias. Em ambas as margens hayerá rio efetuar sondagens complementapeças dos encontros (lajes, vigas e paredes) poderão ser em concreto seguintes preços irreajustaveis.

1.1 — Percussão em terras:
NOIS

d) Fundações -- São previstas did) rimagos — Sap previsias di-retas é implantadas na rocha, com taxa de bordo igual ou inferior a 10kg/cm2. Para efelto de comparação, a cota de implantação está a sm aba-xo do perfil figurado no desenho D Ct/SCOA nº 41/67.

v — Instalação do capteiro

13. A despesa de instalação de canteiro de serviço deverá ser considerada como um elemento de composição dos precos unitárias, não constituindo por consequência um item especifico do orçamento; entretanto, poderá o D.N.E.R. considerar, na modalidade de presemento e sem acráscle. dade de pagamento e, sem gerésci-mo do valor global da obra, uma parcela no valor máximo da Mirs., 5.00000 (cinco mil cruzeiros noves) a ser pasa quando a empreteira tiver concluido a instalação do cantelro de serviço.

VI — Condições tecnicas

14. Os serviços postos em concor-rência pelo presente edital deverso ser executados de acôrdo com as se-guintes normas e especificações:

14.1 — Normas para o projeto das estradas de rodagem;

14.2 — NB-E-1800, pontes classe 38
14.3 — Especificações gerais para
construção de obras de arte a cargo
do D.N.E.R.:
14.4 — Normas brasileiras do

14.4 — Pormas brasileiras do A.B.N.T.; 14.5 — Normas para os conpursos

de projetos de estrutura.

15. Para o projeto da pora em aprêco devem ser obedecidos os cia-mentos topográficos e geotécnicos

mero 4167. 16. No caso de se tornar necessa-rio efetuar sondagens complémenta-

1.1 — Fercussas em terras:	NO:\$
a) Instalação	509 00
b) Bor metro linear de son- dagem	13.80 terra: 800.00
b) Por metro linear de perfu- ração em solda	21,60
ração rocha alterada	54 60
d) For metro linear em ro- cha	34 90

17. Gaso algum concorrente não proceda da maneira acima indicada, poderá a comissão julgadora dos anteprojetos, conformé a gravidade da deficiência apresentada, eliminar o anteprojeto em causa, ou aceitá-io, mediante declaração da concorrente de que se vencedora executará seu

mediante deciaraca da concorrente de que, se vencedora, executará seu projeto de acordo com as exigências formuladas pela conissão julgadora, sem acrescimo do preco global.

18. Se tendo a sontratante claborato seu projeto de acordo com o anteprojeto acordo na concorrencia, ou conforme a exigências da comissão julgadora, forem verificadas difessão julgadora, forem verificadas difessão julgadora, forem verificadas difessão julgadora, forem verificadas são julgadora, forem verificadas dife-reneas entre os terrenos indicados selas sondanens e as encontrados durante a construção, e estas diferen-as acarrotarem serescimo ou dimi-nuição par cuantidades de serviços cu obras, serão os mesmo considerades no computo do preco global. Para determinação do valor dos acréscimos verificades, serão admitidos os pre-ces unitários contrabialmente previstos.

10. A contratante devera executar, iunto a ohra em local a son designa-iunto a ohra, em local a son designa-do pela fiscalização do D.N.E.R., uma referência de nível de tipo per-riamente, à qual deverão ser referi-los todos os nívelamentos que se fi-arram necessários errem necessários.

20. A contratante deverá remeter, com antecedência minima de 30 ferinta) dias à fiscalização do D.N.F.R., amostras de todos os materiais a serem emprevados nos exteriais a concreto nas quantidades rescritas nelas Normas Brasiletras da A.B.N.T., declarando, ainda, sua recedência. Os tracos dos concretos deverão ser anrovados pela fiscalização A contratante sá noderá recorrer o materiois la fontes dispentes das iá provadas mediante autorização certia da fiscaligação.

ras lá provedas mer alle autoriva so rente da fiscalização.

1. A contratante fiscará obrigada a mantar, em canterna de servicos, equimamento de contrôla tecnológico da proposa estádo da rente de servicos de rento, a critário da fiscalização.

10. A contratante deverá colocar cantopeiras de 4º x 4º x 1.4º x 8.50m nes extremidades da obca e nas inservicos de late estatural exercitar innta longitudinal de astato de seculo de terrincões de leie estrutural exe-ritar funta lonofludinal de asiallo de l'ora y 25cm com faixa miniada (de realto) de locra, e rovesimento no reselo e suerda roda em traco de frombe e arria de 13. com acabamento de desembonadeira, assim co-mo, exemier eintine de nata de cimenta edire tedas se superficies da atrutura, rigiura de cal como os carriera. Distura de col cólico os comos e sina-carrán de acordo com específicação-do T. H. D., construtes de três ca-ladióteiros actes B. de Escipa pos ex-tremos do aporde como de obra (de-cambo DCC-cia).

. VII - Pranos

26. O pramo nera apresmiação do profile complete em tela au papel vecetal com 5 (nince) cónias helio-gráfices, será de 15 dias após a assinatura do contrato.

LEI DE SEGURANÇA

DIVULGAÇÃO Nº 999

Prego NCr\$ 0,20

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agencia I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Servico de Reembolso Postal

Em Brasilis

Na Sede do D.I.N.

O projeto definitivo deverá acompanhado de memorial dos cálculos de estabilidade de estratura, do orçamento para execução da obra (Circular DC nº 97/62).

24. O prazo para execução total dos serviços será de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos contados a partir do dia da notificação para a assinatura do coctrate, inclusive erse

23. O prazo para a assinatura do contrato será de 10 días avis a notificação a ser feita, sob pena de perda da caução.

28. O prazo para conclusão spoderá ser prorregado, por inicialiva do D.N.E.R., fundada em conceniência administrativa, a critéria do Conse-

lbo Executivo. Paragrafo único. A empreiteiro só-mente ocderá pedir prorrosecto de prazo, quando se verificar a interrunção dos trabalhos determinados por:

a) fato da administração:
b) caro fortuito ou força maior.

VIII - Pagamentos

27. Os pagamentos serão efetuções de acerco com o parcelemento a ser

estimulado no contrato.
28. Quando denositada no cantejro de services armarão de aco necestária à execução da obra, nas quantidades exigidas pelo projeto, coderá a empreiteira receber a critério do Di-refor-Geral, importaneja nunca superior a 63% do valor da referida ar-marão constante de sua proposta dal importancia não implica em referar da empreiteira a guarda, passe e res-ponsabilidade da armaian até que a mesma sela integrada à obra, fican-do convencionado que, em relação sos totals inflicados no projeto definitivo, não será admitido acrescima algum referente a verdas por pontas, dechtolarem, emendas, efc.. que ocorrain durante a execução da obra.

29. Não serão considerados, acrésc'enos ou reducões as illerenças que venham a verificar-se entre as quontidades de servicos e obras mevistas no anteprofeto e, na remectiva pro-posta de construcció e as consenien-tes do profeto definitivo: excetta-se o caro previsto no item 18 do presente edital.

30. Os preços unitários constantes do centrato a ser assinado com a firma venceriore da concorrên la e referentes a tedos os servicos não se-rão modificados em consequência do sumento ou diminuteões dâsses servicos, sola em crea, volume ou em profundidade.

IX - Valor e dotação

31. O valor aproximado atribuido pos servicos objeto dêste edital é de NCTS 240.000.00 (duzentos e cuarenta cruze'res novos) sendo NCIS 200.000.00 (duzantes mil cruzeires novos) a precos iniciais e o restante para resiusfamento corrende as despesas à conta da verba do PRN 67 e Decreto nº 53.262 65 — Antecipação 1967.

32. Demonstrada tempes vamente s insuficiência do valor aproximado atribuído aos servicos a que se refere o presente edital, podera determina: o D.N.B.R., o proseguimento dos serviços até a conclusão, emdicionado a disponibilidade de recursos orcamentários, mantidas as condições do contrato original.

33. Escotados os recursos empenhá-veis e não havendo recursos notos, o contrato se considerará automáticamente dissolvide.

— Contrato, multas e dissilução

34. A adjudicação der serviços se rá efetuada mediante contrato de empretada assinado no D.N.E.R., observando as confições estabelecidas neste edital e as que constam da respectiva minuta, à disposição dos in-teressados, na Procuradoria-Geral do D.N.E.R.

35. O contrato estabelecerá multas, aplicáveis a critério do Diretor-Geral do D.N.E.R., nos seguintes casos;

1 - Por da que exceder ao prazo conclusão dos servicos: NCrs 1.000.00 (hum mil cruzeiros noves).

II - Quando os serviçor não tive rem o andamento previsto no diagrama de avanço; quando não forem executados perfeitamente de acordo com o projeto, as normas técnicas e especificações vigentes no D.N.E.R.; quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados; quando a administração fór inexatamente informada prio contratante: de 0.1% a 2% do valor do contrato.

35. O centrato poderá ser resi do unitateralmente pelo D.N.E.R., ou bilatera mente, atenaida sempre a bilatere mente, atendida s conveniencia administrativa

37. A critério do D.N.E.R . eaherá a resolução do contrato, indepen-dentemente de interpelação ju icial ou extrajudicial, quando a empreltelra "

a) não cumprir quaisquer das obrigações contratuais:

b) transferir o contrato a terceiros. no todo ou em parte, sem prévia au-torização do Diretor-Geral do

§ 19 No caso de resilição, à empre-teira caberá receber o valor dos serviços executados, mais o valor das instalações do contrato, descontadas as parcelas correspondentes a utilização dessas instalações, proporcio-nalmente aos serviços realizados, até a data da dissolucão:

\$ 29 Ocorrendo resolução, o D.N.E.R. promoverá um ressarci-mento das perdas e danos, via administrativa cu judicial:

\$ 29 Fm caro algum, o D.N.E.R. parara indenizações devidas pela emproiteira, por força da legislação trahathista.

XI - Reclustamento

Os preços serão reajustados de acôrdo com o Decreto-lei nº 18º, de 24 de feverairo de 1857.

XII - Processo e-julgamento da concorrancia

A Comissão de Concorrências de Services e Obras competirá;

a) examinar os documentos apre-sentados nelas firmas concorrentes;

b) verificar se os projetos e as pro-postas atendem as condições estabelecidas necte edital;

c) verificar a sclagem da documentação:

d) rejeitar os projetos e as propos-tas que não satisfizerem as exigências dêste ed tal. no todo ou em parte;

e) rubricar os projetos e as pro-postas aceitas e oferece-las à rubrica dos representantes dos concorrentes

presentes ao ato;

f) lavrar ata circunstanciada da concorrência. lê-la, assina-la e colher as assinaturas dos representantes dos concerrentes, presentes ao ato:

g) organizar o mapa geral da con-corrência e emitir parecer, indicando a proposta mais vantajosa.

40. Para julgamento da corcorrên-cia, atendidas às condições dêste edital, considerar-se-á vencedora a firma que apresentar o menor quociente da divisão de preci global de sua oroposta pelo número de pontos atri-buídos a seu an sulvieto de acórdo com as "Normas para concurso de projetos de estrutura"

XIII - Disposições gerais

41. Ao Conse no Executivo do D.N.E.R. se reserva o direito de anular a concorrência, por conveniência administrativa, sem que aos concorrentes caiba indenização qualquer espécie. đe

Parágrafo único. Em caso de anulação, os concorrentes terão direi- viços, materiais e encargos necessários h) prova de cumprimento da Lei to a levantar a caução e receber a a sua completa realização e a sua en- nº 4.440 de 27-10-64.

documentação que acompanhar a res-proposta, mediante requeri-pormenores: mento.

42. Os desenhos referidos ne edital, necessários ao projeto das obras, serão fornecidos aos interessados na Divisão de Construção do D.N.E.R. (Serviço de Construção de Obras de Arte).

43. Os serviços serão considerados

concluidos, após a retirada das formas e escoramentos, feitos reparos na obra, se a fiscalização julgar necessário, e executados os serviços finais referidos no item 22.

44. Os interessados que tiverem dú-vidas de caráter técnico ou legal na interpretação dos têrmos dêste el tal, serão atendidos durante o expediente da repartição, na Divisão de Cons-trução ou na Procurado a Garal do D.N.E.R., para os esciarecimentos necessários.

45. A fuizo da Comis do poderá ser permitida a regularização de falhas referadors à documentação até a hora da abertura dos envelopes contendo os anteprojetos.

Ref. Proc. nº 35.035-67. Rio de Janeiro, 2 de agôsto de 1967. Eng. Salvan Borborema do Silva, Presidente.

EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 65/67

Rodovia: BR/116-BA (Ex. BR/13) Trecho: Feira de Santana - Divisa

Obra: Projeto e construção de uma ponte sôbre o rio Vasa Barris com 150m de extensão. 🔻

O Diretor-Geral do Departamento National de Estradas de Rodagem neste Edital denominado D.N.E.R., torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar às 10,30 horas do dia 12 do mes de setembro de 1967 na sede do DNER, à Aven da Presi-dente Vargas nº 522, 21º andar, no Es-tado da Guanabara, sob a presidência do Engenbeiro Salvan Borborema da Silva, concorrência para execução de trabalhos rodoviários adiante descritos. mediante as condições seguintes:

I - Proposta e Documentação

1. Poderá apresentar proposta toda e qualquer firma, individual ou social, que atisfaça às condições estabelecidas neste Edital.

Parágrafo único. Não serão tomadas em consideração propostas apresentadas por consórcios ou grupos de firmas.

2. A proposta, a documentação e o ante-projeto exigidos, serão entregues ao Presidente da concorrência acima referido, no local fixado para a concorrencia, em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo em sua parte externae fronteira, os dizeres: «Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Concorrência - Edital Nº 65/67≯, o primeiro com o subtitulo ««Proposta», o segundo com o subtitulo «Documentação» e o último com o subtítulo «Ante-Projeto».

3. Conterá a proposta, em três vias:

a) nome da proponente, endereço ou sede, suas características e identificação (individual ou social):

b) declaração expressa de aceitação das condições dêste Edital e de que, se vencedora da concorrência, complementará o ante-projeto consubstanciando-o em projeto completo e pormenorizado sem acrescimo de preços, e que executará a obra conforme o referido projeto g) prova de que os responsávers pelo preço global proposto e de acôrdo (técnicos e legais) pela firma votaram com as normas e especificações técnicas nas últimas eleições (artigo 38, parávigentes no D.N.E.R.;

c) preço global para a execução da 25-7-55, bem como, se ache obra, neste compreendidos todos os ser-com as obrigações militares:

pormenorest

di occamento, com o qual foi obtida o preço global, indicadas as quantidades aproximadas de serviços e obras a executar e os respectivos preços unitários. Esses pieços unitários, que serão apresentados em algarismos e por extenso. divem ser calculados levando em conta todos os serviços, materiais e encargos que, mesmo não especificados, sejam necessários a completa e perfeita execução da obra. O D.N.E.R. se reserva a taculdade de aprovar e modificar os precos unitário, para quaisquer acrescimos da obta:

e) prazo para a execução total da obra, contado em dias consecutivos,

f) cronograma fisico l'manceiro execução, devendo o cronograma financeiro ser expresso em preços constantes:

g) o cronograma físico dos serviços e obras, indicará o inicio e o fim de cada etapa da obra; de acordo com o seguinte critério, podendo a empreiteira torna-lo mais pormenorizado, rese vaudo-se o D.N.F.R. a faculdade de apro-vá-lo ou modificá-lo:

§ 1º Instalação: § 2º Colocação de ferro no canteiro

de serviço; 8 3º Infraestrutura: § 3⁵ Infra Pundação;

Pilares:

§ 49. Superestrutura: Excoramento:

Formas:

Armação;

Concretagem.

§ 5º Acabamentos: Paymentação:;

Guarda-corpo: Pintura e sinalização.

h) o cronograma físico-financeiro devera ser apresentado em papel milimetrado na forma do desenho que se encontra na C.C.S.O., à disposição dos interessados:

i) a juizo do Presidente da concorrencia, poderá ser exigido o reconhecimento por Tabelião do Estado da Guanabara, da firma do signatário ou responsável pela proposta.

4. A proposta será apresentada em papel tipo oficio ou carta datilografada. em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

5. Conterá a documentação:

a) carteira de identidade do responsável pela firma e signatário da proposta:

b) carteira profissional devidemente registrada no CREA do engenheiro resobra, bem como, certidão de registro da firma e prova de quitação de ambos com o CREA;

 c) provas de quitação com as Fa-endas Federal, Estadual e Municipal zendas (certidões);

d) provas de cumprimento das legis-lações civil, comercial e trabalhistas vigentes (contrato social, lei dos dois terços, certidões negativas de protestos, imposto sindical relativamente nos empregadores, empregados e responsáveis tecnicos, que tenha realizado o seguro de acidentes do trabalho). Previdência Social, etc.;

cestificado de capacidade técnica: requerimento solicitando autorizae) !) ção para o depósito da caução;

25-7-55, bem como, se acham em dia

§ 5º A prova de quitação com o impôsto sindical dos empregadores será a do Sindicato Nacional de Indústria e da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação. A apresentação do documento de quitação com outro sindicato só será aceita, se a firma provar que a natureza de sua atividade preponderante está sujeita ao mesmo.

II - Provas de Capacidade

A participação na concorrência 6. depende de prova de capacidade tecnica.

Para prova de capacidade técnica será exigido atestado de Repartição Federal ou Estadual de haver a concorrente construído para a referida Repar-tição pontes ou viadutos de concreto armado cuja soma de comprimento atinga a 300 metros, e ainda, haver construído ponte ou viaduto de concreto armado de comprimento mínimo de 150 metros no prazo de 210 dias ou obra maior em prazo equivalente.

8, As firmas inscritas no D.N.E.R. e classificadas nas categorias "A e B" ficarão isentas da apresentação do atestado acima referido, para par-ticipação na concorrência, objeto dês-

te "dital.

III — Caução

9. A participação na concorrência depende de depósito de caução, na Tesouraria do D.N.E.R., no valor de NCr\$ 2.500 00 (Dois mrl e quinhentos participator) am moeda corrente cruzeiros novos) em moeda corrente do país, em cadernetas da Caixa Eco-nômica, em apólices e demais títulos da dívida pública federal, em obrigacões ou letras do Tesouro, em letras de câmbio de importação e de exportação do Banco do Brasil S. A. e titulos de débito do D.N.E.R., representados pelos respectivos valôres nominais

minais.
§ 1º O recolhimento da caução será
efetuado pelo concorrente após deferimento pelo Presidente da concorrênrimento de vecuerimento de que trata a cia, do requerimento de que trata a alínea f do artigo 5º dêste Edital; § 2º A comprovação do recolhimen-

§ 2º A comprovação do recolhimento da caução deverá ser entregue à
Comissão até a hora marcada para a
abertura dos anteprojetos;
§: 3º Fica sujeita a sanções legais
independentemente da declaração de
inidoneidade, a firma que tendo requerido, não tenha satisfeito o depósito da caução, no prazo que lhe foi
deferido:

deferido; § '49 Conhecidos os resultados da concorrência e a ordem de classificação dos participantes, de acôrdo com o critério julgador dêste edital, as cau-ções serão devolvidas mediante requerimento dos interessados, exceção feita aos três primeiros colocados, os quais só poderão obter devolução de suas respectivas cauções depois de homologada a concorrência pelo Conselho Executivo;

§ 50 A caução correspondente à firma declarada vencedora ficará em poder do D.N.E.R., para garantía da assinatura e fins de contrato. 10. O vencedor da concorrência, pa-

ra efeito de assinatura do contrato de empreitada, reforçará a caução inicial com outra de valor tal que complete 1% do valor dos serviços contratados, em moeda corrente do país, em cader-

1º A documentação poderá ser apresentada por fotocópia devidamente autenticada;

§ 2º Cada documento deverá estar seiado na forma da Lei;

§ 3º Para as firmas regularmente registradas no D.N.E.R., a apresentação dos documentos constantes das alineas b. c, d, g e h, fica substituída pelo cartão de registro;

§ 4º O requerimento de que trata a alinear de deverá acompanhar em separado envelope contendo a documentação:

§ 1º A caução inicial e os reforços que serão durante a execução dos serviços executados; enquanto tratados de forma a totalizar, sempre des cambio de importados pelo D.N.E.R.; § 3º E vedada a substituição dos resolução do con serviços execcutados, não serão des serviços executados, não serão des serviços executados, não serão des permitida, no dos serviços executados, não serão des permitida, no dos serviços executados, não serão des permitida, no dos serviços executados, não serão dos dos valôres caucionados.

IV — Local e Natureza dos Serviços da caução do caução, o depósito do D.N.E.R.; pectivos valôres nominais. Não se ado do caução, o depósito do D.N.E.R.; pectivos valôres nominais va critério do D.N.E.R.; so serviços caucionados dos serviços caucionados dos serviços caucid

BENS DOS IMIGRANTES

LEI Nº 4.966, DE 1966

Divulgação nº 969

Preço: NCr\$ 0,08

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1 Agência I: Ministério da Fazenda Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

> Em Brasília Na sede do DIN.

CÓDIGO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

DIVULGAÇÃO Nº 1.000

Preço NCr\$ 0,40

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves nº 1 Agência I: Ministério da Fazenda Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembôlso Postal

Em Brasília

Na Sede do D.I.N.

a) E' em tangente o nivel na cota 374,00 com 150m de extensão. Largura total 10m e pista de rolamento de 8.20m.

b) Fundações — São previstas fundações diretas (Taxa de bordo 8 kg/cm2) quando implantados até a cota 350 e em túbulões (taxa de bordo 10 kg/cm2) quando implantados abaixo dessa cota.

c) Consultar o desenho D. Ct./

SCOA nº 39-67. No caso de se tornar necessário efe-No caso de se tornar necessário efetuar sondagens complementares, o ..
D.N.E.R. pagará ao empreiteiro êsses
servicos de acôrdo com os seguintes
preços irreajustáveis:
1.F.— Percursão em terra:
a) Instalação — NCrs 500 00.
b) For metro linear de sondagem
— NCrs 13,80.
2.1 — Rotativa até AX em terra:
a) Instalação — NCrs 800 00.
b) Por metro linear de perfuração
em Selda — NCrs 21,60.
c) Por metro linear de perfuração
em rocha alterada — NCrs 54,00.
d) Por metro linear em rocha —

d) Por metro linear em rocha — NCrs 84,00.

V - Instalação do Canteiro

13. A despe a de instalação de canteiro de serviço devera ser considera-da com um elemento de composição ac com unitários, não constituindo por consequência um item específico do orçamento; entretanto, poderá o D.N.E.R. considerar, na modalidade de pagamento e sem acréscimo do valor global da obra, uma parcela no va-lor máximo de NCr\$ 5.000.09 (cinco mil cruzeros novos) a ser paga quan-do a empreiteira tiver concluido a instalação do canteiro de serviço.

VI - Condições Técnicas

14. Os serviços postos em concor-rência pelo presente edital deverão ser executados de acôrdo com au seguintes normas e especificações:

14.1 - Normas para o projeto das estradas de rodagem;

14.2 — NB-6-1960, pontes classe 36; 14.3 — Especificações gerais para construção de obras de arte a cargo do D.N.E.R.:

14.4 — Normas brasileiras da
14.5 — Normas para os concursos de projetos de estrutura.
15. Para o projeto da obra em aprêco de mas en aprêcos estados en aprêcos en aprentas en aprêcos en aprentas en apre

co devem ser obedecidos os elementos topográficos e geotécnicos constantes do Des. D.Ct./SCOA nº 39 de 1967 — D. Ct./SCOA.

16. As concorrentes deverão apre-sentar seus anteprojetos com fundacões adequadas à natureza dos terre-nos indicados pelas sondagens forne-cidas pelo D.N.E.R. e implantação em terreno compatível com os esforcos considerados no respectivo memorial de cálculos estáticos.

17. Caso algum concorrente não proceda da maneira acima indicada, poderá a comissão julgadora dos ancorrentes acres de la comissão julgadora dos ancorrentes acres de la comissão pulgadora dos teprojetos, conforme a gravidade da deficiência apresentada, eliminar o anteprojeto em causa ou aceitá-lo mediante declaração da concorrente de que, se vencedora, executará seu projeto de acôrdo com as exigências formuladas pela comissão julgadora, sem acréscimo de preço global.

18. Se tendo a contratante elabo-rado seu projeto de acôrdo com o an-teprojeto aprovado na concorrência,

ou conforme as exigências da comis-são julgadora, forem verificadas dife-renças entre os terrenos indicados pe-Diretor Geral, importância nunca su-viços executados mais o valor das renças entre os terrenos indicados pe-las sondagens e os encontrados du-rante a construção, e estas diferenças acarretarem acréscimo ou diminuição nas quantidades de serviços ou obras

- 19 A contratante deverá executar, junto a obra, em local a ser designa-do pela fiscelização do D.N.E.R., uma referência de nível de tipo permanente, à qual deverão ser referidos todos os nivelamentos que se fizerem necessários.
- 20. A contralante deverá remeter, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à fiscalização do D.N.E.R. amostras de todos os materiais a se-rem empregados nos serviços de concreto, nas quantidades prescritas pe-las Normas Brasileiras de A.B.N.T., declarando, ainda, sua procedência rão modificados em consequência do Os troços dos concretos deverão ser aprovados pela fiscalização. A contratação poderá recorrer a materiais de fontes diferentes das já aprovadas mediante autorização escrita do fise mediante autorização escrita da fiscalização.
- 21. A contratante ficará obrigada a manter, em canteiro de serviços, equipamento de controle tecnológico da ta mil cruzeños novos), sendo NCrs obra referida para as operações de 200.000.00 (duzentos mil cruzeños nocampo a critério da fiscalização.
- 22. A contratante deverá colocar canteneiras de 4" x 4" x 1/4" x 8.20m nas extremidades da obra e nas interrupções de laje estrutural, executar junta longitudinal de asfalto de 11cm x 2.5cm com faixo pintada (da osfalto mento e arcia de 1:3, com acabamento de desempenadeira, assim como executar pintura de nata de cimento sôbre tôdas as superfícies da estrutura, pintura de cal sôbre os guarda tura, pintura de cal sobre os guarda rodas e guarda corpos e sinalização de acôrdo com especificação do D.N.E.R., constantes de três de acôrdo com especificação do D.N.E.R. com a de três catadiótricos Astro B, de 5 mm nos extremos do guarda corpo da obra (desenho DCC-8-57).

VIII - Prazos

23. O prazo para apresentação do projeto completo em tela ou papel vegetal com 5 (cinco) cópias heliográficas, será de dias após a assinatura do contrato.

O projeto definitivo deverá ser acom panhado de memorial dos cálculos de estabilidade de estrutura do orçamento para execução da obra (Circular DC nº 97-62).

- 24. O prazo para execução dos serviços será de 210 (Duzentos e dez) dies consecutivos contados a partir do dia da notificação para a assinatura do contrato, inclusive êsse.
- 25. O prazo para a assinatura do contrato será de 10 dias, após a notificação a ser feita, sob pena de perda da caução.
- 26. O prazo para conclusão poderá ser prorrogado, por iniciativa do ... D.N.E.R., fundada em conveniência administrativa, a critério do Conselho Executivo.

Parágrafo único: A empreiteira sò-mente pederá pedir prorrogação de prazo quando se verificar a interrupção des trabalhos determinados por

- a) fato da administração;
- b) caso fortuito ou força maior.

VIII - Pagamentos

- 27. Os pagamentos serão efetuados de acôrdo cem o parcelamento a ser estipulado no contrato.

- perfor a 60% do valor da referida armação constante de sua proposta: tal importância não implica em retirada serão os mesmos considerados no cômputo do preço global. Para determinação do valor dos acréscimos verificados, serão admitidos os preços unitários contratualmente previstados en considerados de conservados desbitolagem, emenda, etc. que ocortos durante a execução da obra. da empreiteira a guarda, posse e res-ponsabilidade da armação até que a ram durante a execução da obra.
 - 29. Não serão con iderados acréssimos ou redução es diferenças que venham a verificar-se entre as quantidades de serviços e obras previstas no anteprojeto e, na respectiva proposta de construção e as consequentes do projeto definitivo; excetua-se o ca-so previsto no item 18 do presente edital.
 - 30. Os preços unitários constantes do contrato a ser assinado com a firma vencedora da concorrência e referentes a todos os servicos não se-

- 31. O valor aproximado atribuido aos serviços objeto dêste edital é de NCrs 250.000.00 (duzentos e cinquenvos) a preços iniciais e o restante para reajustamento correndo as despesas por conta da verba do FRN/67 e Decreto nº 56.369-65 Antecipação 67.
- 32. Demonstrada tempestivamente a insuficiência do valor aproximado x 25cm cem faixa pintada (de asfal-to) de 10cm, o revestimento no pas-seio e guarda roda em traço de ciserviços até a conclusão, condicionado a disponibilidade de recursos orçamentários, mantidas as condições do contrato original.
 - 33. Esgotados os recursos empenháveis e não havendo recursos novos, o contrato se considerará automàticamente dissolvido.

X — Contrato, Multas e Dissolução

- 34. A adjudicação dos serviços será of. A adjudicação dos serviços sera efetuada mediante contrato de empreitada assinado no D.N.E.R., observando as condições estabelecidas nêste edital e as que constam da respectiva minuta, à disposição dos interessados, na Procuradoria Geral do
- 35. O contrato estabelecerá multas, aplicáveis a critério do Diretor-Geral do D.N.E.R., nos seguintes casos:
- I Por dia que exceder ao prazo de conclusão dos serviços: NCr\$...
 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos).
- II Quando os serviços não tive-rem o andamento previsto no diagrama de avanço; quando não forem executados perfeitamente de acôrdo não forem executados perfeitamente de acôrdo com o projeto, as normas técnicas e especificações vigentes no D.N.E.R.; quando os trabalhos de fiscalização dos serviços forem dificultados; quando a administração fôr inexatamente informada pelo contratante: de 0,1% a 2% do valor do contrato.
- 36. O contrato podera ser resilido unilateralmente pelo D.N.E.R., ou bilateralmente atendida sempre a conveniência administrativa.
- 37. A critério do D.N.E.R. a resolução do contrato, independente-mente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a empreiteira:
- a) não cumprir quaisquer das obrigações contratuais;
- b) transferir o contrato a terceiros, 28. Quando depositada no canteiro no todo ou em parte, sem prévia au-de serviços a armação de aço neces-torização do Diretor-Geral do sária à execução da obra, nas quan-D.N.E.R.

- viçus executados mais o valor das instalações do contrato, descontadas as parcelas correspondentes a utilizadessas instalações, proporcionalcāo mente aos serviços realizados, até a data da dissolução;
- § 2º Ocorrendo resolução, o DNER promoverá um ressarcimento das perdas e danos, via administrativa judicial:
- § 3º Em caso algum, o D.N.E.R. pagará indenicações devidas pela empreiteira por força da legislação traoalhis.a.

XI — Reajustamento

38. Os preços serão reajustados de acordo com o Decreto-lei nº 185, de 24 de fevereiro de 1967.

XII - Processo e Juigamento da Concorrencia

- 29. A Comissão de Concorrências de Serviços e Obras competirá:
- a) examinar os documentos apresentados pelas filmas concorrentes:
- b) verificar se os projetos e as propostas acendem as condições estabelecidas nêste edital:
- c) verificar a selagem da documentacáo:
- d) rejeitar os projetos e as proposas que não satisfizerem as exigências dêste edital, no todo ou em parte;
- e) rubricar os projetos e as propostas aceitas e cierecê-las à rubrica dos representantes dos concorrentes presentes ao ato;
- f) lavrar ata circunstanciada concorrência, le-la, assiná-la e colher as assinaturas dos representantes dos concorrentes, presentes ao ato;
- g) organizar o mapa geral da concorrência e emitir purece, indicando a proposta mais vantajosa.
- 40. Para julgamento da concorrência, atendidas às condições deste edital, considerar-se-á vencedora a firma que apresentar o menor quociente da divisão de preço global de sua proposta pelo número de pontos atribui-dos a seu anteprojeto de acôrdo com as "Normas para concurso de projetos de estrutura.

XII — Disposições Gerais

Ao Conselho Executivo do ... D.N.E.R. se reserva o direito de anular a concorrência, por conveniencia administrativa, sem que aos concorrentes caiba indenização de qualquer

Parágrafo único: Em caso de anulação, os concorrentes terão direito a levantar a caução e receber a do-cumentação que acompanhar a res-pectiva proposta, mediante requerimento.

- 42. Os desenhos referidos nêste edital, necessários ao projeto das obras serão fornecidos aos interessados na Divisão de Construções do D.N.E.R. (Serviço de Construção de Obras de Arte).
- 43. Os serviços serão considerados concluídos, após a retirada das fôr-mas e escoramento, feitos reparos na obra, se a físcalização julgar necessário, e executados os servicos finais referidos no item 22.
- 44./Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação dos têrmos dêste edital, serão atendidos durante o expediente da repartição na Divisão de Construção ou na Procuradoria Geral do .. D.N.E.R., para es esclarecimentos.
- os anteprojetos.

Presidente.

CONCORRENCIA PÚBLICA -EDUTAL N.º 42-87

Publicado no Diario Oficial de 5.7.67

Rodovia - BR-Substitutiva de Ramal Anti-Economico

Trecho — Cataguages — Sereno Subtrecho — Compreendido entre as estaças 0 a 440 numa extensão total de 8,6 km.

Serviço — Terrapienegem

AVISO

Tornamos publico, para conhecimento dos interessidos que a Con-correncia Pública relativa ao Edisa nº 42-67, que se acrava programada para o dia 10 de agosto de 1967, ficeu transferida sine al: Rio de Janeiro, 4 de agôsto de 1967.

- Salvan Borborema aa Silva.

CONCORRENCIA PUBLICA -EDITAL Nº 46-61

Publicado no Diário Oficial de 10.7.67

Rodovia — BR-116-SP Trecho — São Paulo — Divisa — BJ-SP

Servico . Construção da superestrutura de dois viadutos e projeto e construção das infraestruturas. Via-dutos no acesso a cidade de Guaratinguetá - km 238.

AVISO

Tornamos público, para conhecimento dos interessados que a Con-correncia Publica, relativa ao Edical nº 46-67, que se achava programada para o dia 14 de agósto de 1967, foi transferida sine die.

Rio de Janeno 4 de agôsio de 1997. - Salvan Borborema da Silva.

CONSELHO FERROVIÁRIO NACIONAL

EDITAL Nº 27-67

Faço público que o Conselho Rodoviário Nacional, no exercicio dos po-dêres que, na forma do Artigo 4º, da Lei nº 4.540, de 10 de dezembro de 1964, the foram delegados, apreciando o processo referência DNER - 2.999-66, aprovou em sua reunião de 21 de junho de 1967 o projeto da Rodovia Federal BR-135, trecho Presidente Dutra-Colinas, subtrecho São Domingis-Colinas, compreendido entre as estacas 2.000 - 2.626 + 12 = 0 - 91 = 2.718 + 8.02 - 3.370 = 0 - 216 = 3.535 + 11.66 - 4.400 + 10 = 0 - 105 + 2.00 = 4.503 + 0.02 - 4.630, na extensão total de 52.647 tm. na Estada do Maranhão confortamentos de confortamento km, no Estado do Maranhão, conforme consta dos desenhos de ns. PEET 737-65, PEET-650-67 e PEET-661-67 a PEET-691-67 que, autent cados pela assinatura do Presidente do mesmo Conselho, ficam depositados no Arquivo Técnico da Divisão de Estados a Projetas do NYEL. quivo Técnico da Divisão de Estudos e Projetos do DNER; e. cm consequência, nos termos do Artigo 24 da citada Lei nº 302, fica declarada a utilidade pública, para efeito de desapropriação, da respectiva feixa dominio estabelecida de conformidade com as Normas para o Projeto das Estradas de Roderem em vigor, bem como a das beifeitorias nela contidas, que sejam necessárias à execução do que sejam necessarias à execução do projeto aprovado, e, outrossim, a das jazidas de areia e coscalho, pedreiras e aguades embora fora da faixa de dominio, que posam ser utilizadas na realização da meneronada obra.

Río de Janeiro, 23 de julho de 1967—
José Pedro de Eccobar, Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.

EDITAL Nº 23-67

D.N.E.R., para es esclarecimentos.

45. A juizo da Comissão poderá ser permitida a regularização de falhas referentes à documentação, até a hora da abertura dos envelopes contendo da apertura dos envelopes contendo de 1964, lhe forem delegados, apres anteprojetos.
Rio de Janeiro, 31 de julho de 1967.
Eng. Salvan Borborema da Silva,
dovia Federal BR-413, trecho Teó-

endido entre as estacas 0 e 3.569 + 12,60 e 0 — 4.398, na extensão de 12,50 e U = 4,350, ha constant of the 159,352 km, no Estado de Minas Gerais, conforme constant dos desenhos de números PEET-1,144-66 a PEETde números PEET-1.144-66 a PEET-1.263-66 que, autenticados pela assinatura do Presidente do mesmo Conselho, ficam depositados no Arquivo Técnico da Divisão de Estudos e Projetos do DNER; e, em conseqüência nos termos do Artigo 24 da citada Lei nº 302, fica declarada a utilidade pública, para efeito de desapropriação da respectiva faixa de domínio estabelecida de conformidade com as Normas para o Projeto das Estrates de Rodagem em vigor, bem a das benfeitorias nela contidas, que sejam necessárias à execução do projeto aprovado, e, outrossim, a das jazidos de areia e cascalho, podreiras e aquades embora feranda faixa de domínio que rossem ser utilizadas na realização de managinado obra

des embora feralda faixa de dominio, que ressem ser utilizadas na realização da mencolnada obra.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1967.

— José Pedro de Escobar, Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.

MINISTÉRIO A EDUCAÇÃO E CULTURA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Concurso para provimento efetivo da Cadeira de Filologia Românica

De ordem do Senhor Vice-Diretor em exercício, Professor Douter Erwin Theodor Rosenthal, faço público a Theodor Rosenthal, Inço publico a todos os interessados que, nos têrmos do Decreto nº 40.346-62 (Estatutos da Universidade de São Paulo), da Portaria GR. nº 58 do Magnifico Reitor de Universidade do 250 Baulo do 11 da Universidade de São Paulo, de 11, qua Universidade de Sao Fatto, de 11, publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 1964 e da Portaria nº 1-64 do Diretor dêste Instituto Universitário, datada de 2 e publicada no Diá-rio Oficial de 3 de julho de 1964, a Congregação desta Faculdade, aprovou a abertura do concurso para provimento efetivo da Cadeira de Filologia Românica em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa. As inscrições estarão abertas até o dia 8 de junho de 1968, podendo ser efetuadas nos dias úteis, das 15 às 17 horas, na Secretaria da das 15 às 17 horas, na Secretaria da Faculdade, sita à Rua Maria Antônia 294 — 3º andar. As provas do concurso serão as seguintes: a) julgamento de títulos; b) prova didática; c) defesa de tese. Ao inscreverse deverá o candidato preencher as exigências do art. 5º do Regimento exigências do art. 5% do Regimento de Concurso, que são as seguintes; requerimento com firma reconhecida e devidamente selado com estampi-lhas estaduais na importância de NCr\$ 1,50, dirigido ao Diretor da Faculdade, no qual indique nome, idade, filiação, naturalidade, estado civil e filiação, naturalidade, estado civil e local de residência, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos: a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado; b) título de eleitor; c) prova de quitação com o serviço militar; d) diploma do curso universitário oficial ou reconhecido em oritário, oficial ou reconhecido, em ori-ginal, fotocópia autenticada ou certificado autenticado do instituto onde se diplomou; e) titulo de livre-docente; f) memorial na forma indicada pelo art. 6º do Regimento de Concurpeio art. or do Regimento de Concurso e referente ao concurso de títulos; g) 20 (vinte) exemplares da tese original e almda não divulgada, que verse assunto de livre escolha do candidato, mas pertinente à matéria em concurso. Com referência à letra e, em que é exigido o titulo de livre-docente, êste será dispensado pela Congregação, pelo voto de dois têrços de seus membros em exercício bem como será dispensado o candidato que pos-

Otoni-Urucu-Nanuque, compressua o título de prefessor catedrálico do entre as estacas 0 e 3.569 de por concursos de títulos e provas. O programa do concurso publicado na Secretaria da Faculdapublicado na Secretaria da Faculdade, à dispesição dos interessados. Qualquer cutra informação poderá ser obtida na Secretaria da Faculdade, à Rua Maria Antônia nº 294—3º andar, Caixa Pestal: 8.165. São Paulo, 11 de julho de 1967. — Educrdo Marques da Silva Ayrosa, Secretário-Substituto tário-Substituto.

(Nº 3.416 - 8-3-67 - NCr\$ 22,00) Concurso para provimento efetivo da Cadeira de Política

De ordem do Senhor Vice-Diretor em exercício, Professor Doutor Erwin Theodor Rosenfhal, faço público a do Decreto nº 40.346-62 (Estatutos da do Decreto nº 40.346-62 (Estatutos da Universidade de São Paulo), da Portaria GR. nº 53 do Magnífico Reitor da Universidade do São Paulo, de 11, publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 1964 e da Portaria nº 1-64 do Diretor dêsta Instituto Universitádo Direter deste Instituto Universitàdo Direter deste Instituto Universitario, datada de 2 e publicada no Diário Oficial de 3 de ju'ho de 1864, a
Congregação desta Faculdade, aprovou a abertura do concurso para
provimento efetivo da Cadeira de
Política em Regime de Dedicação Inteoral à Docância e à Pesausa. As tegral à Docência e à Pesquisa. As inscrições estarão abertas até o dia 10 de abril de 1968, podendo ser efetuadas nos dias úteis, das 15 às 17 horas, na Secretaria da Faculdade, sita à Rua Maria Antônia, 294 — 3º andar. As provas do concurso serão as seguintes: a) julgamento de titu-los; b) prova didática; c) defesa de tese. Ao inscrever-se deverá o candidato preencher as exigências do artigo 59 do Regimento de Concurso, que são as seguintes; requerimento com firma reconhecida e devidamente selado com estampilhas estaduais na importância de NCrs 1,40, dirigido ao Diretor da Faculdade, no qual indique nome, idade, filiação, naturali-dade, estado civil e local de residência, fazendo-o acompanhar dos seguintes decumentes; a) prova de ser brasileiro nato cu naturalizado; b) título de eleitor; c) prova de quita-ção cem o servico militar; d) diploma do curso universitário, oficial ou recenhecido, em original, fetocópia autenticada, ou certificado autenticado do instituto onde se diplomou; e) titulo de livre-docente; f) memorial na forma indicada pelo art. 6, do Regimento de Concurso e referente ao concurso de títulos; g) 20 (vinte) exemplares da tese original e ainda não divulgada, que verse assunto de livre escolha do candidato, mas per-tinente à matéria em concurso. Com referencia à letra e, em que é exigido o título de livre-docente, êste poderá ser dispensado pela Congregação, pelo voto de dois têrços de seus membros em exercício, bem como será dispensado o candidato que possua o título de professor catedrático por concurso de titulos e provas. O programa do concurso encontra-se publicado na Secretaria da Faculdade, à disposição dos interessados. Qualquer outra informação poderá ser obtida na Secretaria da Faculdade. à Rua Maria Antônia, 294 — 3º andar, Caixa Postal: 3.105. São Paulo, 4 de julho de 1967. — Eduardo Marques da Silva Ayrosa, Secretário-Substituto.

(Nº 3.410 - 8-8-67 - NCr\$ 22,00)

Concurso para provimento efetivo da Cadeira de História da Civilização Americana.

De ordem do Senhor Vice-Diretor m exercício, Professor Doutor Erwin Theodor Rosenthal, faço público a Theodor Rosenthal, faço público a todos os interessados que, nos têrmos do Decreto nº 40.346-62 (Estatutos da Universidade de São Paulo), da Portaria GR. nº 53 do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, de 11. publicada no Diário Oficial de 12 de publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 1964 e da Portaria nº 1-64 do Diretor dêste Instituto Universitá-

rio, datada de 2 e publicada no Diá-rio Oficial de 3 de julho de 1864, a Cengregação desta fraculdade, apro-veu a abertura do concurso para vou a abertura do concurso para provincento efetivo da Cadeira de História da Civilização Americana em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesqu'en. As inscrições estarão abertas aió o dia 2 de maio de 1968, podendo ser efetuadas nos dias úteis, das 15 às 17 horas, na Secreiteis, das 15 às 17 hrra, na Secre-taria da Faculdade, sita à Rua Maria Antônia, 294 — 3º ander. As proyas do cencurso serão as seguintes; a do concurso serão as seguintes; a ulgamento de títulos; b) prova didá-tica; c) defesa de tese. Ao inserver-se deverá o candidato prencher es exigências do art. 5º do Regimento de Ceneurso, que são as seguintes: a) requerimento com firma reconhecida e devidamente selado com estampi-lhas estaduais na importância de ... NCrs 1.49, dirigido so Direter da Faculdade, no qual indique nome, idade, fillação, naturalidade, estado civil e local de residência, fazendo-o acom-panhar dos seguintes decumentos; a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado; b) titulo de eleitor; c) prova de quitação com o serviço militar; d) diploma do curso universitário, oficial ou reconhecido, em original, fotocópia autenticada eu certiginal, lotocopia autenticada eu certi-ficado autenticado do instituto ende se diplomou; e) título de livre-do-cente; f) memorial na forma indi-cada pelo art. 6º do Regimento de Concurso e referente ao concurso do títulos; g) 20 (vinte) enemolares da ese original e ainda não divulgada, que verse assunto de livre escolha do que verse assunto de livre escolha do candidato, mos pertinente à matéria em concurso. Com referência à letra e, em que é exigido o titulo de livre-decente, êste poderá ser dispensado nela Congregação, pelo voto de dois têrçes de seus membres em exertidade ham como corá dispensado. hem como será dispensado o cício candidato que pessua o título de pro fessor catedrático per concurso de tifessor catedrático por concurso de titulos e proves. O programa do concurso encontra-se publicado na Secretaria da Faculdade. à disposição
dos interessedos. Qualcuer outra informação poderá ser obtida na Secretaria da Faculdade, à Rua Maria Antónia. 294 — 32 andar, Caixa Postal:
8.105. São Paulo. 5 de julho de 1967.

Eduardo Maraves da Silva Auresa. - Eduardo Marques da Silva Ayresa, Secretário-Substituto.

 $(N^{\circ} 3.413 - 8-3-67 - NCr\$ 22,00)$

Concurso para provimento efetivo da da Cadeira de Geografia Fisica

De ordem do Senhor Vice-Diretor em exercício, Professor Doutor Erwin Theodor Rosenthal, faco público a todos os interessados que, nos têrmos do Decreto número 40.346-62 (Estatutos da Universidade de São Paulo), da Portaria GR. número 58 do Magnifico Reitor da Universidade de São Paulo, de 11, publicada no Diario Oficial de 12 de junho de 1964 e ca Portaria número 1-64 do Diretor dêste Instituto Universitário, datada de 2 e publicada no Diário Oficial de 3 de julho de 1964, a Congregação desta Faculdade, aprovou à abertura do concurso para provimento efetivo da Cadeira de Geografia Física em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquica As inscrições nifico Reitor da Universidade de São Docência e à Pesquita As inscrições estarão abertas até o dia 4 de maio de 1968, podendo ser efetuadas nos dias úteis, das 15 às 17 horas, na Se-cretaria da Faculdade, sita à Rua Maria Antônia número 294 — 3º andar. As prevas do concurso serão as b) prova didática; c) defesa de tese. Ao inscrever-se deverá o can bilato presncher as eximencias do artigo 5º do Regimento de Concurso, que são as seguintes: requerimento com firma reconhecida e devidamente selado com estampilhas estaduais na imperancia de NCIS 150, dirigido ao Diretor da Faculdade, no qual indique nome, idade, filiação, naturalidación, ma do cencurso encontra-se publica-

I forende-o acompanhar des seguintes documentes: a p rova de ser brasi-leiro nato cu a ru alizado; b) título de el litor; e) prova de quitação com o serviço militar; d) diploma do curso universitário, oficial ou recocurso universitario, cheial cu reed-nice de, em original, fotocépia au-tenticada ou certificado autenticado do intituto ende se diplemeu; el ti-de livre-decente; fi memorial na for-ma indicada pelo art. 6º do Regumento de Concurso e referente ao con-curso de titulos; g) 20 (vinte) exem-plaros da tose original e ainda não divulnada, que verse assunto de recollia do candidato, mas pertinente à matéria em concurso. Com sete-téncia à letra e, cin que é exisido 3 Hillo de livre-docente, êste podera cer dispensado pela Compreração, pelo voto de dois tercos de sous mon pros exercicio, bem como será dimonado e candidato que possua o título de prefersor catedrático por concursos de títulos e provas. O mercama do concurso encentra-te publicado ha Secretaria da Faculdade, à disposição dos interescades. Quaicuer cutra informação poderá ser obtida na Secretaria da Faculdade, à Pua Moria Antônia número 294 — 5º andar Caima Postat: 8.105. São Paulo, 3 de informação de 1957. — Eduardo Murgues da Siria Amesa, Secretario-Substituco. (Nº 3.415 — 8.8.1867 — NOS 2200) orser catedratico por concursos (Nº 3.415 - 8.8.1907 - NOrs 2200)

Concurso para provintento efetivo ax Cadeira de Geografia do Brasil

De ordem do Sennor Vice-Diretor em exercicio, Professor Doutor Erwin Rosenthal, faco público a interessados que, nos têrmos Theodor Rosenthal, faco tedes es interessades que, tedes es interessades que, nes têrmos do Decreto número 40.216-82 (Estatutes da Universidade de São Paulo). tutos da Universidade de São Paulo), da Perlaria GR. número 55 do Magnifiro Reitor da Universidado de São Paulo, de 11, publicada no Diário Olicial de 12 de junho de 1934 e da Pertaria número 1-64 do Diretor dêste Instituto Universitário, datada de 2 e publicada no Diário Oficial de 3 de junho de 1934 a Congressión des de fulho de 1934, a Congregação desta Faculdade, aprovou a apertura do concurso para provincute efetivo da Cadeira de Geografia do Brasil em Reg'me de Dedicação Integral a D3cência e à Pesquisa. As inserições estarão abertes até o dia 3 de ma.5 de 1968, podendo ser efectualas nos dias úteis, das 15 às 17 horas, na Secre-taria da Faculdade, sita à Rua Maria anta da racinada, se a a Reit manta Antônia rúmero 294 — 3º andar. As provas de concurso serão as seguin-tes: a) julgamento de títulos; b, prova didática: e) defesa de tese. Ao inscrever-se deverá o candidato preencher as exigênc as do artigo 59 Regimento de Concurso, que são as seguintes: requerimento com firma reconhecida e devidamente selado seguintes: requerimento com firma reconhecida e devidamente selado com estampilhas estaduais na impor-tância de NCrS 1,50, dirigido ao Dire-tor da Faculdade no qual indique nome, idade, filiação, naturalidade, estado civil e local de residência, fazendo-o accenpanhar dos seguntes decumentos: a) prova de ser brasi-leiro nato ou naturalizado; b: título de eleiter; c) prova de quitação com o serviço militar; d) diploma do curso universitário, oficial ou reco-nhecido em original fotocónia quinhecido, em original, fotocópia autenticada ou certificado autenticado do instituto onde se diplorou: e) titulo de livre-docente; f) memorial na forma indicada pelo artigo 6º do Regimento de Concurso e referenta ao concurso de títulos: g) 20 (vinte) exemplares da tese original e ainda não divulgada, que verse assunte de livre escolha do candidato, mas pertinente à matéria em concurso. Com referência à letra e, em que é exigi-do o título de livre-docente. êste poderá ser dispensado pela Congregação, pelo voto de dois terços de seus membros em exercicio, been como será dispensado o candidato que possua o titulo de professor catedrático por con-cursos de títulos e provas. O progra-

do na Secretaria da Faculdade, à disdo ha Secretaria da Faculdate, a dis-posição dos interessados. Qualquer outra informação poderá ser obtida na Secretaria da Faculdade, à Ria Maria Anionia número 294 — 3º ani-Maria Antonia momero 294 — 3º andaria Antonia momero 294 — 3º andaria, Calva Pestal: 2.105. São Palio, 10 de juho de 1967. — Eduardo Marques da Silva Ayrosa, Secretário-Substituto.

Dias: 10 e 11-8-1907.

(Nº 3.414 — 8.8.1967 — NCr\$ 20,00)

MINISTÉRIO D A AGRICULTURA INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRARIA

Edilal de nolificação do Lançamento e Cobrança do Impôsto sóbre a Propriedade Territorial Rurat, Taxa de Scriviços Cadastrais e Contribuição ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

senvolvimento Agrário.

Pelo presente Edital, o Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no uso de suas atribuições e de acôrdo com disposto no art. 10 do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, notifica acs contribuintes, do lançamento e cobrança, referentes ao exercício de 1967, do Impôsto sôbre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuição do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966), dos imóveis rurais leca-(Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966), dos imóveis rurais localizados nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Distrito Federal, Goiás, Pará, Maranhão, Piaui, Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Cerais, Bahia, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rio Grande do Ful, Santa Catarina, conos Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá. nia e Amaná

O Impêsto sobre a Propriedade Ter- Comissão de ritorial Rural e Taxa de Serviços cos e Obras.

Cadastrais, relativos ao exercício de 1966, ainda não pagos, e acrede multa quando incidente. e acrescidos incluídos na Guia de Arrecadação de 1967.

O prazo normal de cobrança ter-minará a 31 de outubro de 1967, ficando os contribuintes, a partir dessa data, sujeitos às cominações legais. Os Avisos de Débito, corresponden-

tes às Guias de Arrecadação estarão a disposição dos contribuintes na sede do Município onde está localizado ou foi declarado o imóvel e contém a discriminação dos débitos nome e lo-cal do Agente Arrecadador — Cesar Reis de Cantanhodo Almeida Presi-

(Dias: 8 9 e 10-8-67)

MINISTÉRIO

EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 29-67

O Presidente da Comissão de Concorrência de Serviços e Obras torna público que fará realizar às 15 horas do dia 19 de setembro do corrente ano, Concorrência para prossegui-mento dos serviços de dragagem de canais, valas coletoras e confecção de diques em diversas bacias de rios do Estado do Rio Grande do Norte, podendo os interessados obter o Edital nº 29-67 e tôdas as informações necessárias, no 8º andar da sede do Departamento Nacional de Obras de Estada de Pernamburo — Francisco Estado de Pernambuco. - Francisco José Teixeira Machado, Presidente da Comissão de Concerrência de Servi-

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 30-67

O Presidente da Comissão de Concorrência de Serviços e Obras torna público que fara realizar às 15 horas do dia 14 de setembro do corrente ano, Concorrência para serviços de dragagem de canais, valas coletoras e confecção de diques en diversas bacias de rios do Estado de Alagoas, podendo os interessados obter o Egital nº 30-67 e tôcas as informações necessárias, no 3º andar da sede do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), sito à Avenida Presidente Vargas nº 62, no Estado da Guanabara, cu na sede do 52 Distrito Federal de Obras de Sancamen-to (5º DFOS), sito à Avenida João de Barres nº 663; em Recife, Estado Francisco José Pernambuco. Teixcira Machado, Presidente da Comissão de Concerrência de Serviços e

ATA Nº 49-67

Ata da reunião da C.C.S.O., para recebimento e abertura da propos-ta, da Tomada de Preços nº 49-67, referente ao prosseguimento des reference as phosseyum. serviçes de dragagem com draga flutuante, na Bacia da Paia de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, 8º Distrito Federal de Obras de Sancamento, conferme as exigências e carecterísticas das especificações nº 49-67.

As quinze horas do dia trinta e um de julho de mil novecentes e sessenta e sete, reuniu-so na sede dêste Denartamento a Comissão composta pelo Engenheiro Léa Marina Fajardo Baliciro de Jácome, Tresidente Substituto da C.C.S.C., pelo Procurador Décio Ribeiro de Araújo, pelos Engenheiros membros da Comissão João Baptista Corrêa da Silva e José Fereira, e pelo Administrador Humbos reira, e pelo Administrador Humber-to Lopes Potyguara da Silva, servindo de secretário.

Declarada aberta a cessão, o Senhor Presidente comunicou aos presentes que a mesma se destinava ao recebimento e abertura da proposta da Tomada de Preços nº 43-67, tendo com-parecido e entregue os envelopes conpartendo e entregae os envelopes con-tendo as propostas os representantes das firmas: Cohidra S. A. Hidrau-lica e Terraplenagon e Serviport — Cia. Brasileira de Sarvipos Pertuarios.

Examinando a decumentação cons-tatou a Comissão oue a firma Serviport — Cia. Eradicha de Serviços Portuários, deixon de apresentar o stestado de visita ao fical da cora, de ceórdo con o contulo II, item 3 do citado Edital, per este motivo a Comissão deixou de aceitar o envelepe contendo a prepusta. Censuitado se iria recorrer ao Er. Direter-Geral, o representante da firma Serviços Portuácios, declarou que accitava a decisão da Comissão, sendo então devolvido o envelope contendo a propesta.

A proposta da firma inscrita em

A proposta da firma inscrita, em

resumo, foi a seguinte: Cohidra S. A. — Hidráulica e Terraplenagem:

Proco total dos serviços: NCrs ... \$55.100.00 (oitecentes e cinquenta e cinco mil e cem cruzoires novos).

Prazo para execução: 18 (dezoito) Nada mais occurrendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão às quin-

ze horas e trinta minutos, autorizan-do-me, como secretirio a lavrar a presente Ata que vai per mim assinada e pelos demais membros da Co-

Rio de Janeiro, trinta e um de julho de mil novecentes e sessenta e sete. — Humberto Lopes Potyguara sete. — Humberto Lopes Potyguara da Silva, Secretário. — Léa Marina Fajardo Baliciro de Jácome, Presidente Substituto da C.C.S.O. — Décio Ribeiro de Aratijo, Procurador membro da Comissão. — João Baptista Corrêa da Silva, Engenheiro membro da Comiscão. — José Ferreira, Engenheiro membro da Comissão.

REFORMA ADMINISTRATIVA

DIVULGAÇÃO N.º 995

PREÇO: NCr\$ 0,50

' A VENDA

Na Guanabara

Agência I: Minisfério da Fazenda Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves 1 Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

> Em Brasília Na sede do DIN

CÓDIGO ELEITORAL

COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 4.961 — DE 4 DE MAIO DE 1966

DIVULGAÇÃO Nº 608

A VENDA

Na Guanabara

Seção de vendas: Av. Rodrigues Alves, I

Agência I: Ministério da Fazenda

Em Brasilia

Na Sede do DIN

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembôlso Postal